



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC II  
CURSO DE LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

KELSON MARINHO DA COSTA

**DISCURSO DE ÓDIO NA REDE SOCIAL FACEBOOK:**

Vozes que reproduzem a misoginia racista presente na sociedade brasileira.

Campina Grande – Paraíba  
2018

KELSON MARINHO DA COSTA

**DISCURSO DE ÓDIO NA REDE SOCIAL FACEBOOK:**

Vozes que reproduzem a misoginia racista presente na sociedade brasileira.

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Letras com a habilitação em Língua Inglesa.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837d Costa, Kelson Marinho da.  
Discurso de ódio na rede social *Facebook*: [manuscrito] :  
vozes que reproduzem a misoginia racista presente na  
sociedade brasileira / Kelson Marinho da Costa. - 2018.  
69 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras  
Inglês) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2018.  
"Orientação : Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale ,  
Coordenação do Curso de Letras Inglês - CEDUC."  
1. Racismo. 2. Misoginia. 3. Discurso de ódio. 4.  
Facebook. 5. Mulheres negras. I. Título  
21. ed. CDD 401.41

KELSON MARINHO DA COSTA

**DISCURSO DE ÓDIO NA REDE SOCIAL FACEBOOK:**

Vozes que reproduzem a misoginia racista presente na sociedade brasileira

Monografia aprovada em 23,11,2018

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale - NOTA  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

(10,0)

*Kalina Naro Guimarães*  
Prof. Dra. Kalina Naro Guimarães - NOTA  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

(10,0)

*Tânia Maria Augusto Pereira*  
Prof. Dra. Tânia Maria Augusto Pereira - NOTA  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

10,0

Média 10,0 (dez)

Campina Grande – Paraíba  
2018

Às mulheres negras de hoje e às que estiveram aqui antes de nós. Mulheres cujos corpos foram violados e cujas vozes foram silenciadas.

À Wagner Yally (*in memoriam*), um grande amigo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é mais que uma prática de reconhecimento. Agradecer é, sobretudo, um ato de amor. É por essa razão que expresso aqui, nessas linhas, todo o meu amor, carinho, admiração e respeito que sinto por todos vocês. Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial, minha mãe Ednalva, minha avó Marisa e minhas quatro irmãs: Gabriela, Aline, Giselle e Thayse, e as minhas sobrinhas Fernanda e Thamara. Hoje eu não seria o homem que sou sem a nossa história, nossas dificuldades e todas as lutas que enfrentamos para chegar até aqui. Como único homem da família, tive a oportunidade de crescer e amadurecer dentro desse excepcional universo feminino. Aprendi, portanto, desde cedo a respeitar, entender e a estar conectado, de alguma forma, a cada uma de vocês. Obrigado!

Agradeço aos meus amigos; aos de perto, aos de longe e aos que já se foram, mas que, de alguma forma, deixaram um pouco de si em mim. À Wagner Yally (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho, e com quem aprendi a olhar, a ouvir e a reconhecer o outro. Obrigado pelas demonstrações de amizade, de afeto, carisma e, sobretudo, obrigado por ter partilhado conosco sua generosidade, sua humildade e sua história. Agradeço a Roberto Soares, Leandro Agra, Josecilia Coutinho, Ronald Muryellison, Cristiane Araújo, Joiran Almeida, Nemise Lucas, Bárbara Santos e Fernando Ferro. Amo, sem medidas, cada um de vocês. Obrigado pela amizade, companheirismo e, principalmente, por vocês fazerem parte da minha vida. Agradeço, também, a todos os colegas e amigos que, em 2013, iniciaram essa jornada junto comigo na UEPB. Obrigado por todo incentivo e apoio durante o nosso curso de Letras. Obrigado pelas conversas, pelas ideias, pelos risos e pela vida compartilhada através dos nossos pequenos grandes momentos, nas salas e nos corredores da Universidade.

Agradeço aos meus professores, em especial, a minha orientadora e amiga, Alfredina Rosa Oliveira do Vale. Saiba que serei eternamente grato por seus conselhos, seu apoio e, principalmente, por sua amizade. Obrigado por ter me ensinado uma das lições mais valiosas que aprendi na vida: a diferença entre ser um aluno e ser um estudante. Agradeço a professora Marília Cacho, cujo auxílio foi essencial para que a elaboração do pré-projeto desta monografia fosse possível. Também sou grato ao professor Thiago Almeida, muito obrigado por me apresentar à

Virginia Woolf<sup>1</sup> e sua extraordinária obra *Mrs. Dalloway*<sup>2</sup>, cuja intensidade contida em suas páginas mudou profundamente a minha vida. Agradeço aos professores Celso Junior, Karyne Soares, Lislane Romano, Técio Macedo, Valécio Irineu, Raghuram Sasikala, Maria das Neves e Nathalia Sátiro. Obrigado pela contribuição, singularmente expressiva, em minha formação acadêmica. Deixo aqui também os meus agradecimentos as professoras que aceitaram compor a banca examinadora desta monografia; Kalina Naro Guimarães e Tânia Maria Augusto Pereira. Saibam que é uma imensa satisfação tê-las aqui. Obrigado!

Como em qualquer trabalho do gênero, minha pesquisa só foi possível graças ao trabalho anterior de outros(as). Por essa razão, agradeço a cada cientista e pesquisador(a) que, com suas vozes e seus prodigiosos talentos, contribuíram de forma significativa para a elaboração desta monografia. Agradeço, em especial, ao *Geledés* – Instituto da Mulher Negra, muito obrigado pela existência e resistência. E, por último, mas não menos importante, agradeço aqueles que são os responsáveis por todo o meu apreço e amor pela ciência, pelo conhecimento e, sobretudo, pela razão de ser humano. Por esse motivo, meus profundos agradecimentos ao cientista, escritor e divulgador científico Carl Edward Sagan e ao historiador e escritor israelense Yuval Noah Harari. Obrigado por me ensinar a enxergar o grande cenário da nossa história. E, principalmente, por me ensinar tanto sobre o tempo e sobre a condição humana. Obrigado por me mostrar que sempre há um livro à nossa espera, e, contido em suas páginas, há sempre alguém que fala clara e silenciosamente dentro de nós.

Sempre lembrarei o quanto fui agraciado pela vida ao compartilhar, com cada um de vocês, uma época e uma história, contida não apenas dentro da imensa vastidão do tempo como também dentro do próprio universo. E quão infinito ele parece ser, de forma que permanecemos ocupando aquela intacta perfeição singular, como um grão de poeira que parece estar suspenso num raio de sol. E, que frêmito é compreender nossa magnitude e nossa pequenez que habita o infinito cosmos, compartilhando nosso mundo com outros planetas, estrelas, galáxias e mistérios. É nessa pequena rocha habitada por nós, humanos, que compartilhamos nossas vidas. É aqui que nós criamos e contamos as nossas histórias, como seres que somos,

---

<sup>1</sup> Escritora modernista e ensaísta britânica do século XX.

<sup>2</sup> Romance publicado em 1925. É considerado a obra-prima de Virginia Woolf. O livro circunscreve-se a o único dia na vida de uma mulher, Clarissa Dalloway.

constituídos de fôlego e pele, sempre almejando alcançar a eternidade. Porém, bem certo sabemos que tudo é passageiro, como algo que é dissolvido pelo próprio tempo; assim como nós, que não levamos nada quando partimos, mas deixamos muito, quase tudo, embora a permanência tenha sido breve. Talvez, quem sabe, deixaremos mais do que meros rostos estáticos em retratos ou até mesmo rabiscos escritos em algum papel. Há sempre um relógio na parede que não permite que esqueçamos da nossa finitude. Por essa razão, deixo aqui, neste trabalho, um pequeno pedaço do meu legado dedicado a cada um de vocês, humanos. Essa é a parte que, eventualmente, sobrevive à morte do corpo, transcende a vastidão dos anos, dos dias e das horas, rompendo os grilhões do tempo. Afinal, uma voz impressa num papel é capaz de tornar-se imortal.

Para que não se esqueça...  
MARIELLE FRANCO, PRESENTE!

## RESUMO

A presente monografia tem como objeto de estudo o discurso misógino racista. Deste modo, o *corpus* dessa pesquisa é constituído de recortes de páginas do *Facebook*, onde, recentemente, houve ataques racistas contra mulheres negras. À vista disso, a fim de mostrar como o discurso misógino racista se forma e se apresenta nessa rede social, traçamos um panorama geral do *Facebook*, como meio que absorve, reproduz e ressignifica práticas humanas que são representadas e reproduzidas na e pela linguagem. Dessa forma, abordamos as concepções de língua(gem), enunciado e dialogismo na perspectiva filosófica de Bakhtin. Assim, através do procedimento da Análise Dialógica do Discurso, foi possível elaborar um levantamento sócio-histórico (do passado e do presente) acerca do racismo e da misoginia no Brasil. Nesse sentido, a hipótese que norteia a nossa pesquisa é a de que os ataques misóginos e racistas na rede social *Facebook*, não são meros casos isolados. Dentre os principais pesquisadores e estudiosos que contribuem teoricamente para essa pesquisa estão: Harari (2017, 2018), Diamond (2014), Pinker (2018, 2013, 2008, 1998), Karnal (2017), Ribeiro (2018) Van Dijk (2016), Silva; Rosenberg (2016), Schwarcz (1994), Fonseca et. al. (2016) Bakhtin (2016, 2011). As contribuições desses estudiosos para essa monografia possibilitaram uma conjuntura histórica acerca das origens e das transformações do racismo e da misoginia. Além disso, mostramos como essas discriminações violentas se perpetuam através da prática e do discurso. Os resultados da análise dialógica discursiva revelam que os ataques misóginos racistas, demonstrados através do *corpus*, não acontecem apenas no espaço cibernético, mas eles refletem um preconceito histórico que corre ao longo do tempo, apresentando-se em diversas esferas sociais, incluindo as redes de relações virtuais. Logo, tais discriminações dialogam diretamente com a realidade de milhares de mulheres negras que sofrem, cotidianamente, com a misoginia e o preconceito racial.

*Palavras-chave:* Racismo. Misoginia. Discurso. *Facebook*.

## ABSTRACT

The present monograph has racist misogynic discourse as its study object. Thus, the research corpus is comprised by *Facebook* pages, where, recently, there have been racist attacks against black women. In this view, aiming to demonstrate how the racist misogynic discourse is formed and presented in social networks, we have traced a general panorama of *Facebook*, as a means that absorbs, reproduces and re-signifies human practices which are represented and reproduced in and through language. Therefore, the conceptions of language, enunciation and dialogism in Bakhtin's philosophical perspective were approached. Through the Dialogical Discourse Analysis procedure, we were able to elaborate a social-historical compilation (past and present) concerning racism and misogyny and Brazil. Thus, the hypothesis that guides this research is that the racist and misogynic attacks on *Facebook* are not isolated cases. Among the main researchers and authors who theoretically contributed to this research are: Harari (2017,2018), Diamond (2014), Pinker (2018, 2013, 2008, 1998), Karnal (2017), Ribeiro (2018), Van Dijk (2016), Silva; Rosenberg (2016), Schwarcz (1994), Fonseca et al (2016) and Bakhtin (2016,2011). The contributions of these researchers for this article made a historical conjuncture about racism and misogyny origins and transformations possible. Besides, we demonstrated how this violent discrimination has perpetuated through practice and discourse. The results of this dialogical discourse analysis reveal that the racist misogynic attacks, shown through the corpus, have not happened in cybernetic space, but reflect a historical bias that runs along time, presented in a myriad of social spheres, including the networks of social relations. On account of that, such discrimination dialogue directly with the reality of thousands of black women who suffer daily from misogyny and racial prejudice.

*Keywords:* Racism. Misogyny. Discourse. *Facebook*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Interior de um navio negreiro .....	14
Figura 02: Escravo sendo açoitado em público.....	15
Figura 03: Foto: F. Villela/acervo Fundação Joaquim Nabuco.....	16
Figura 04: Anúncio de venda de escravizadas (1) .....	28
Figura 05: Anúncio de venda de escravizadas (2) .....	28
Figura 06: Anúncio de aluguel de pessoas escravizadas.....	28
Figura 07: Taís Araújo.....	50
Figura 08: Cristiane Damasceno.....	52
Figura 09: Maria Julia Coutinho (1) .....	54
Figura 10: Maria Julia Coutinho (2) .....	54
Figura 11: M. D. M. R.....	56
Figura 12: <i>Print screen 1 (Facebook) do Blog Mamaterra</i> .....	57
Figura 13: <i>Print screen 2 (Facebook) do Blog Mamaterra</i> .....	58
Figura 14: Matéria jornalística vinculada ao Estadão.....	60
Figura 15: Matéria jornalística vinculada ao <i>Profissão Repórter (G1)</i> .....	60
Figura 16: Matéria jornalística vinculada ao UOL Notícias.....	61
Figura 17: Artigo vinculado ao portal editorial <i>Mundo Negro</i> .....	61

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ORIGENS E EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DO RACISMO E DA MISOGINIA. 20	
1.1 Racismo Histórico.....	20
1.2 Racismo e Desigualdade.....	27
1.3 Prática Racista.....	32
1.4 Misoginia – Definição e História.....	34
1.5 Misoginia Racista.....	38
1.6 A Mulher Negra e o legado da escravidão.....	40
2. A REDE SOCIAL ( <i>FACEBOOK</i> ).....	43
3. DISCURSO/ENUNCIADO.....	46
3.1 Discurso/Enunciado.....	46
3.2 Análise Dialógica do Discurso.....	47
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, os negros foram alvos de uma das piores atrocidades cometidas por nossa espécie. Foram escravizados durante o processo de colonização das Américas, nesse período, foram considerados mercadorias e objetos de troca. Assim percebidos, eram utilizados para a execução de tarefas árduas e pesadas, sofrendo maus tratos e castigos severos. Por gerações, aos milhares, foram açoitados, perseguidos, torturados e mortos. No Brasil, a escravidão de negros africanos teve início na primeira metade do século XVI, a fim de se efetivar o comércio colonial da produção de açúcar. Em condições desumanas, eram transportados nos chamados “navios negreiros”, e durante o longo percurso muitos morriam, tendo seus corpos lançados ao mar (LIMA, 2006).

**Figura 1:** Interior de um navio negreiro. Pintura do artista alemão Johann Moritz Rugendas.



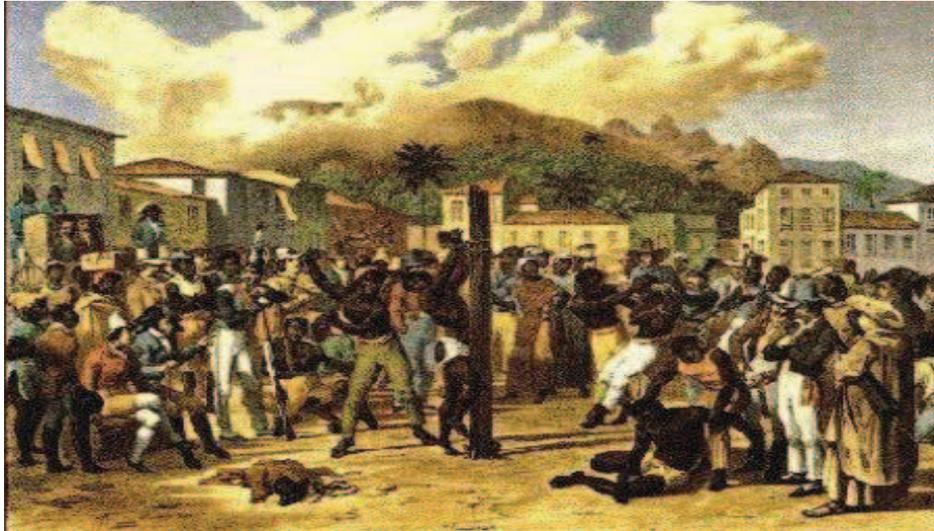
Acessado em 01/06/2018

Disponível em < <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/navios-negreiros/> >

Durante séculos, trabalharam de forma exaustiva durante o dia inteiro, sem dignidade alguma. Expostos ao sol e ao calor, tinham suas vestimentas compostas de trapos e retalhos de roupa, além de uma alimentação deficiente e de péssima qualidade. Passavam as noites em alojamentos; as senzalas, que eram locais escuros, precários, com muita umidade e pouca higiene. A fim de evitar fugas, os negros foram mantidos encarcerados e acorrentados, desse modo, eram constantemente castigados, amarrados em um tronco de árvore e açoitados, na maioria das vezes, até perderem os sentidos. Torturados física e psicologicamente,

os africanos foram discriminados pela cor e pela aparência. Os “senhores” e seus carrascos buscavam destruir os valores dos negros, forçando-os a aceitar a ideia da superioridade da “raça” branca.

**Figura 2:** Escravo sendo açoitado em público. Pintura de Johann Moriz Rugendas.



Acessado em 01/06/2018

Disponível em: < <https://www.infoescola.com/historia/escravidao-no-brasil/> >

Dentro desse sistema escravista, encontrava-se a mulher negra que, embora sua opressão fosse idêntica a dos homens, sofria de forma diferente porque era vítima de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a ela. Não era vista pelo gênero feminino, mas alguém inferior, como instrumento de trabalho, como ama de leite ou como um corpo suscetível à satisfação sexual. Além da escravidão, a mulher negra foi vítima da repulsa social, do desprezo, da violência e do desrespeito à sua condição de mulher, sendo fortemente atingida pela misoginia histórica e cultural, que alcançou mulheres de todas as idades, épocas, classe sociais e cor. Contudo, a repulsão contra o gênero feminino teve maior incidência nos segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluía (e inclui-se) a mulher negra.

Dessa maneira, o sistema escravista aliado à misoginia histórica, perdurou durante os mais de 380 anos de escravidão no Brasil, e essa forma de racismo se espalhou cada vez mais para outras esferas culturais (escola, família, religião, etc.), onde a mulher negra era vista como mero objeto ou mercadoria, tendo sua identidade invisibilizada, sendo desumanizada, tendo sua voz calada e seu corpo violado. Tais

estigmas, além de gerarem agressões físicas e morais, também causaram injustiças e desigualdades sociais que perduram até hoje.

**Figura 3:** Foto: F. Villela/acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação



Acessado em 01/06/2018

Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/Afeto-e-viol%C3%A2ncia-sobre-m%C3%A3es-negras-amas-de-leite-e-bab%C3%A1s>>

Apesar da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, e das Leis aprovadas, assim como a Lei Afonso Arinos, de 1951, que garantem e asseguram a integridade, dignidade e respeito à pessoa negra, visando punir sujeitos que cometem discriminações racistas; as heranças constrangedoras da época escravista ainda continuam vivas nas nossas relações sociais. Uma vez que, ainda nos nossos dias, é possível observar o crescente aumento da discriminação e ataques racistas contra a mulher negra, se manifestando também em formas de discurso de ódio nas modernas redes sociais eletrônicas.

Diante desses fatos, esse estudo tem como objeto de pesquisa o discurso misógino racista. Logo, nosso objetivo geral é mostrar, à luz da Análise Dialógica do Discurso (BAKHTIN, 2011; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014), como os ataques verbais de ódio contra a mulher negra se formam e se apresentam na rede social *Facebook*, refletindo, assim, uma misoginia racista e histórica presente na sociedade brasileira. Portanto, para que o objetivo geral fosse alcançado, traçamos objetivos específicos a

fim de elucidar a questão; fizemos um levantamento sócio-histórico acerca do racismo e da misoginia; apresentamos as concepções de língua(gem), enunciado e dialogismo na perspectiva bakhtiniana, e traçamos um panorama da rede social *Facebook*, que atua como meio que absorve, reproduz e ressignifica práticas humanas que são representadas e reproduzidas na e pela linguagem (SOUZA, *et al.* 2017). Isto posto, a hipótese que norteia essa pesquisa é a de que os ataques misóginos e racistas na rede social *Facebook* não são casos isolados (como muitos dizem ser). Mas, eles refletem um preconceito histórico que corre ao longo do tempo, se apresentando em diversas esferas sociais, incluindo as redes de relações virtuais.

Dessa forma, este trabalho está organizado em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, denominado *Origens e evoluções históricas do racismo e da misoginia*, há uma síntese histórica acerca da crença racista no mundo, suas origens, sua evolução, suas causas e seu legado no Brasil. Em seguida, trazemos um breve levantamento sócio-histórico acerca desse racismo, das desigualdades sociais entre brancos e negros, assim como uma explanação a respeito da formação, manutenção, e perpetuação da prática racista na sociedade brasileira. Isto posto, apresentamos a definição de misoginia, assim como uma sondagem acerca da misoginia histórica e racista, como a opressão sofrida pelas mulheres negras, antes e depois do período escravista. Feito isto, apresentamos dados sociológicos, isto é, uma breve amostragem do período escravista, as desigualdades sociais e de gênero sobre a mulher negra, o legado da escravidão no país e os levantes de resistência e luta contra a violência de gênero e raça em nossa sociedade.

No segundo capítulo, denominado *A rede social (Facebook)*, traçamos um panorama da rede social *Facebook* que, como já mencionamos, é uma rede virtual que absorve, reproduz e ressignifica práticas sociais humanas. Além disso, mostramos como a rede social permite a conexão e interação de usuários a longa distância através de trocas de mensagens instantâneas, “curtidas” e compartilhamento de conteúdo. Portanto, fez-se necessário uma breve descrição acerca das funcionalidades e do papel da rede social *Facebook*, assim como seu impacto e suas influências nas nossas relações sociais.

No terceiro capítulo, *Discurso/Enunciado*, abordamos a noção de discurso/enunciado e dialogismo na perspectiva filosófica da língua(gem) em Bakhtin

(2011); Bakhtin/Volochínov (2014). Assim como a definição e a descrição acerca do procedimento de análise dos dados que se dá através da Análise Dialógica do Discurso, de modo que possamos mostrar como o discurso racista/misógino se forma e se apresenta na rede social *Facebook*.

O capítulo final, *Análise do Dados*, apresenta os dados (*corpus*), que foram constituídos de recortes da página *Facebook*, nos quais ocorreram os ataques verbais racistas contra mulheres negras. E, na sequência, uma descrição, análise e suas respectivas relações dialógicas com fatos do nosso passado histórico assim como ocorrências da contemporaneidade. Também apresentamos exemplos compostos de recortes (*print screen*) de sites jornalísticos vinculados pelos principais meios de comunicação do país entre os anos de 2016 e 2018. Neles, há depoimentos, relatos, manchetes e notícias de ataques racistas (verbais e físicos) que acontecem em quase todo o país, principalmente contra mulheres negras. Através dos discursos fixados na caixa de comentários de *posts* (fotografias/imagens) publicados no *Facebook*, nos debruçamos para investigar, à luz da análise dialógica do discurso, como esses enunciados se formam e se apresentam neste site de relacionamentos virtuais. São dados concretos da realidade que provam, portanto, que os ataques de ódio na rede social *Facebook* não são casos isolados dentro do espaço cibernético, mas revelam, através das vozes contidas nos enunciados, a misoginia racista ainda presente na sociedade brasileira.

Portanto, neste trabalho, propomos realizar um estudo através de uma pesquisa histórica, de caráter qualitativa e quantitativa<sup>3</sup> (MOREIRA; CALEFFE, 2008), tendo como base livros, artigos científicos, periódicos acadêmicos, dissertações, teses e comunicados de imprensa, assim como o uso de mensuração e estatísticas do mapa da violência no Brasil. Também a qualificamos como uma pesquisa exploratória, visto que tem “objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno” (MOREIRA; CALEFFE, *op. cit.*, p. 69). Além disso, podemos relacionar essa pesquisa ao campo descritivo, tendo em vista a descrição de um fenômeno que estabelece relações entre variáveis. Segundo Gil (1994 *apud* MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 70), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, trazemos dados e estatísticas do IBGE (2010) e do Mapa da Violência (2015)

primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

# 1. ORIGENS E EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DO RACISMO E DA MISOGINIA

## 1.1 RACISMO HISTÓRICO

A crença racial e a violência infligida por ela deixaram suas marcas ao longo da história da nossa espécie (HARARI, 2017). No decorrer do tempo, essa crença passou por transformações, atuando como uma ideologia de superioridade e inferioridade que visava a separação de grupos humanos (REIS, 2011). De acordo com o psicólogo Michael Shermer (2012), nossas crenças na concepção da realidade são construídas por diferentes razões, entre elas estão as subjetivas, pessoais, emocionais e psicológicas. Segundo o psicólogo, nossas crenças se formam e se reforçam em contextos criados pela cultura e sociedade. Assim, uma vez consolidadas, passamos a defender, justificar, polarizar e conseqüentemente a adequar o mundo às nossas percepções. Dessa forma, as crenças raciais encontraram um terreno fértil, e se consolidaram ao longo do tempo, transformando os agrupamentos de seres humanos em estruturas sociais desiguais e cruéis (HARARI, *op. cit.*).

Segundo Harari (*op. cit.*), essas crenças estiveram presentes em quase todas as sociedades antigas, justificando as relações de poder e dominação. E, entre as práticas de dominação humana mais conhecidas, estava a escravidão. Conforme Pinker (2013, p. 224),

durante a maior parte da história da civilização, a prática da escravidão foi regra e não exceção. Foi permitida nas Bíblias hebraica e cristã e justificada por Platão e Aristóteles como uma instituição natural essencial à sociedade civilizada.

Portanto, essa prática social de dominação ocorreu sob diversas formas, sendo comum em diferentes civilizações da antiguidade. De acordo com Diamond (2014), as origens dos impérios, das religiões, da escrita, das colheitas e das armas, bem como as raízes das desigualdades humanas, remontam ao início da civilização; um processo que, segundo o pesquisador, foi amplamente influenciado e determinado pela geografia do planeta. Isto é, quando os seres humanos começaram a desenvolver a agricultura<sup>4</sup>, uma pequena área do mundo (Eurásia) foi, por fatores climáticos e geográficos, privilegiada por ter plantações e animais mais produtivos, e

---

<sup>4</sup> Revolução Agrícola que, há cerca de 12 mil anos atrás, sucedeu a condição humana igualitária de caçadores-coletores em diversas partes do mundo, principalmente na região conhecida como Crescente Fértil, entre os rios Tigre e Eufrates (HARARI, 2017)

isso deu uma grande vantagem a essas populações. Com isso, os europeus puderam aperfeiçoar seu poderio militar que, segundo o biólogo, eram as *armas*, os *germes* e o *aço* e não uma forma de superioridade moral ou intelectual. Dessa maneira, eles usaram essas “ferramentas” para invadir outros continentes como a África, as Américas e a Austrália, assim como dizimar populações nativas e, apesar das lutas e resistências desses povos, também escravizá-los. Conforme Diamond (2014), foram esses fatores (geográficos, climáticos e tecnológicos) que aceleraram o desenvolvimento dos eurásianos, aumentando a resistência à doenças infecciosas e endêmicas. Dessa maneira, proporcionando-lhes a expansão de seus domínios e territórios e, conseqüentemente, conferindo-lhes grande poder político e econômico.

Do século XVI ao XVIII, os colonizadores europeus importaram milhares de escravizados africanos para trabalhar em minas e plantações do continente americano. Segundo Harari (2017), esses colonizadores optaram por importar escravizados vindos da África e não de outras localidades, como por exemplo, o leste da Ásia, devido a alguns fatores circunstanciais: o primeiro deles foi a localização geográfica, da Europa à África, que barateava e facilitava a importação de escravos; o segundo motivo foi o fato de já haver um comércio de escravos bem desenvolvido dentro da África, o que corroborava ainda mais a exploração de pessoas daquela região; um terceiro motivo, apontado pelo historiador, como o mais importante de todos, foi o fato de que

as fazendas em locais como a Virgínia, Haiti e o Brasil estavam tomadas por malária e febre amarela, originárias da África. Os africanos haviam adquirido, durante gerações uma imunidade genética parcial a essas doenças, enquanto os europeus eram totalmente indefesos e morriam aos montes. (HARARI, 2017, p. 147-148)

Para Diamond (2014), a medida que os europeus expandiam seus territórios, tornava-se necessário, para eles, o uso de mão de obra escrava. Estima-se que, nos primeiros dois séculos após a chegada dos europeus, 95% da população indígena tenha sido exterminada pelas doenças trazidas pelos colonizadores (DIAMOND, *op. cit.*), uma vez que os índios nunca haviam sido expostos a elas e, conseqüentemente, não tinham resistência genética ou imunológica à epidemias como varíola, sarampo, gripe, tifo, a peste bubônica e outras doenças infecciosas (DIAMOND, 2014). Sendo assim, do ponto de vista comercial, os latifundiários achavam que era mais “prudente” e “sensato” investir o dinheiro em escravizados africanos. Dessa forma, tais fatores

ocasionais constituíram um “sistema de dominação onde os negros eram segregados e tratados como inferiores, o que legitimava a escravidão e a exploração” (VAN DIJK, 2016, p. 11), ou seja, “paradoxalmente, a superioridade genética (em termos de imunidade) se traduziu em inferioridade social” (HARARI, 2017, p. 148). Essa discriminação foi amplamente difundida na Europa e nas Américas, uma vez que para submeter alguém à escravidão era preciso manter a crença na existência de raças inferiores (SOUZA, 1983). Deste modo, “capturado no continente africano e transportado já na condição de escravo, sofrendo todos os horrores, o negro era, assim, ‘preparado’ para ser escravo; o tráfico vergava-lhe, física e moralmente” (NOGUEIRA, 1998, p. 14).

Assim, uma vez que a violência era inerente à condição de escravidão, as consequências dessa prática eram bárbaras e sangrentas, marcando um período em que milhares de vidas humanas seriam dizimadas de forma atroz (DAVIS, 2018). Segundo Pinker (2013, p. 225-226),

o tráfico de escravos africanos foi um dos capítulos mais brutais da história humana. Entre os séculos XVI e XVII, no mínimo 1,5 milhão de africanos morreram em navios negreiros durante a travessia do Atlântico, acorrentados lado a lado em porões sufocantes e imundos. [...] No mínimo 17 milhões de africanos, talvez até 65 milhões, morreram no tráfico. O tráfico de escravos não só matava pessoas em trânsito, mas, como fornecia um fluxo contínuo de trabalhadores, encorajava os proprietários a matá-los de trabalho, substituindo-os depois por novos cativos. Mas até os escravos mantidos em relativamente boa saúde viviam à sombra da chibata, do estupro, da mutilação, da separação forçada da família e da execução sumária.

Portanto, a crença de poder, autoridade, controle e hierarquização social, estavam presentes em grupos dominantes que procuraram legitimar as diferenças entre os sujeitos (HARARI, 2017), fosse pela cor da pele ou outras características físicas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas, visto que

mitos religiosos e científicos foram utilizados para ajudar a justificar essa divisão. Teólogos afirmaram que os africanos descendiam de Cam, filho de Noé, amaldiçoado por seu pai, que disse que seus filhos seriam escravos. Biólogos afirmaram que os negros eram menos inteligentes que os brancos e que tinham senso moral mal desenvolvido. Médicos afirmaram que os negros viviam na sujeira e disseminavam doenças. (HARARI, 2017, p. 148)

Conforme Harari (2017), tais mitos tiveram uma repercussão colossal na cultura ocidental, fazendo com que o racismo se espalhasse para mais esferas sociais e, como consequência, essas crenças em raças começaram a exercer influências, enquanto os estigmas contra os negros se fortaleciam. Para Guimarães (2003, p. 96),

a palavra raça “tem pelo menos dois sentidos analíticos, um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia”, uma vez que no século XIX

a biologia e a antropologia física criaram a idéia de raças humanas, ou seja, a idéia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. (GUIMARÃES, 2003, p. 95-96)

Isso significa dizer que, a partir de estudos de evolução biológica e social, aplicou-se o conceito de raça à humanidade, como uma forma de classificação social, visto que acreditava-se em diferenças inerentes entre raças humanas (brancos, asiáticos e negros) bem como a idéia de que uma raça era superior as demais (MUKHERJEE, 2016). Assim, o século XIX é marcado com tal categorização e relação de superioridade e inferioridade entre os seres humanos, o que originou profundas transformações na organização econômica, política e cultural das sociedades humanas (REIS, 2011). De acordo com o biólogo Richard Dawkins (2009), os primeiros exploradores brancos que foram à África, consideravam que os humanos negros eram parentes próximos de gorilas e chimpanzés. Segundo o biólogo, o racismo, que,

até uma fase relativamente avançada do século XX, foi endêmico em nossa cultura. Muitos dos primeiros exploradores atribuíram aos povos de florestas uma maior afinidade com os chimpanzés, gorilas e orangotangos do que com eles próprios, exploradores. No século XIX, depois de Darwin, muitos evolucionistas consideravam os povos africanos como intermediários entre os grandes primatas não humanos e os europeus, seres no caminho ascendente para a supremacia branca. Isso não é só incorreto: também viola um princípio fundamental da evolução. [...] Todos os humanos são primos exatamente próximos de todos os gorilas. O racismo e o especismo, assim como nossa eterna confusão sobre quem desejamos incluir em nossa rede moral e étnica, destacam-se com uma nitidez muitas vezes constrangedora na história das nossas atitudes para com nossos semelhantes humanos. (DAWKINS, 2009, p. 144)

Conforme o tempo passava, a discriminação e o preconceito ficavam cada vez mais arraigados no imaginário coletivo, e a crença em raças e inferioridade humanas continuavam exercendo influência mesmo depois do desaparecimento das condições que criaram a escravidão (HARARI, 2017) e que mencionamos anteriormente (localização geográfica, comércio de escravos existente na África e a superioridade imunológica dos africanos). A crença racista, trazida pelo colonizador europeu às Américas, persistiria ao longo do tempo, pregando inferioridade às pessoas que possuíam características físicas diferentes dos europeus. Hoje, porém, por não

apresentar consistência científica, “a definição de raça como categoria biológica deve ser abandonada” (VARELLA, 2016, p.11), uma vez que, sob a perspectiva biológica, as classificações raciais não fazem o menor sentido.

Por sua vez, “muitos políticos e pregadores religiosos defenderam a escravidão, com argumentos como a aprovação bíblica à prática, a inferioridade da raça africana” (PINKER, 2013, p. 226). Porém, em seu célebre livro *Armas, Germes, e Aço – os destinos das sociedades humanas*, Jared Diamond (2014) derruba teorias racistas, ao nos fornecer as bases das diferentes evoluções das sociedades humanas do passado. Segundo o biólogo e fisiologista, “a história seguiu diferentes rumos para os diferentes povos devido às influências entre os ambientes em que viviam e não devido as diferenças biológicas entre os povos” (DIAMOND, *op. cit.*, p. 25). Portanto, as teorias de que os eurásianos eram superiores aos outros povos da terra, assim como as crenças racistas de que a população africana, majoritariamente negra, era, e é, biológica e cognitivamente inferior aos demais povos da terra, não tem sentido algum.

Todavia, nas Américas, o sistema escravista, além de julgar e categorizar as “raças humanas”, definia o povo negro como propriedade. De acordo com Silva e Rosemberg (2016), o Brasil foi o país que mais importou escravizados africanos, foi também o último país a abolir o regime escravista, através da Lei Áurea, somente em 13 de maio de 1888. Mesmo após o “fim” da escravidão, os negros “continuaram sendo submetidos às mesmas humilhações de outrora” (TOKITA, 2013, p. 121), isto é, embora “livres”, a população afrodescendente continuava vulnerável, sem amparo e sem expectativa de vida alguma, como nos relata Nogueira (1998, p. 15),

embora juridicamente capazes de ocupar um espaço na sociedade, os negros eram, de fato, dela excluídos e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social, foram marginalizados, estigmatizados, marcados pela cor que os diferenciava e discriminados por tudo o quanto essa marca pudesse representar.

As relações sociais e políticas entre brancos e negros, bem como a marginalização e exclusão social do povo negro, marcaram o processo de abolição do regime escravista no Brasil, pois, conforme Silva e Rosemberg (2016, p. 75),

o país não desenvolveu política específica de integração dos negros recém-libertos à sociedade envolvente, o que fortaleceu as bases do histórico processo de desigualdades sociais entre brancos e negros que perdura até os dias de hoje.

A assinatura da Lei Áurea, portanto, não significou a inclusão ou reparação por todos os danos infligidos à população negra no Brasil durante os 358 anos de escravidão. A discriminação racial, exclusão econômica e social, persistem até os dias atuais, conforme nos lembra Van Dijk (2016, p. 13),

as pessoas de origem africana foram sistematicamente inferiorizadas em todos os domínios da sociedade. Preconceitos contra negros aliados a uma vasta rede de práticas discriminatórias reproduziram, por conseguinte, a pobreza e o baixo *status* e outras formas de desigualdade social no que concerne ao branco dominante e às elites mestiças.

A eugenia, termo criado por Francis Galton em 1883, foi uma tentativa de melhoramento da raça humana por meio de um mecanismo de imitação da *seleção natural*<sup>5</sup>. “Galton imaginou uma aceleração no processo de refinar os seres humanos, por meio da intervenção humana” (MUKHERJEE, 2016, p. 85), isto é, “o melhoramento da raça humana por meio da seleção artificial de características genéticas e da reprodução dirigida dos portadores humanos” (MUKHERJEE, *op. cit.*, p. 93). Segundo esse argumento,

o propósito da eugenia era acelerar a seleção dos bem adaptados de preferência aos mal adaptados, e dos sadios de preferência aos doentes. Para isso, Galton propôs a reprodução seletiva dos fortes. [...] Na imaginação de Galton, a sociedade poderia manter um registro das melhores características nas melhores famílias (MUKHERJEE, 2016, p. 94-95)

A eugenia ganhou muitos adeptos, exerceu grande influência na Europa e, conseqüentemente, espalhou-se para outros continentes. No início do século XX, o Brasil adotou práticas eugênicas, pois acorreram preocupações, por parte das elites, acerca da formação social e cultural brasileira. De acordo com Müller (2016, p. 70),

ao abordar as discussões a respeito de definições distintas acerca da formação social brasileira, diferentes médicos se depararam com a necessidade de enfrentar um mesmo enigma: quem são os “brasileiros”? Raça foi o termo corrente para aludir-se à história e à herança – tudo aquilo que deveria ser esquecido, corrigido e redimido em nome de um futuro eugênico para o país. A eugenia seria a concretização redentora de um projeto contemporâneo e moderno que envolveria médicos, educadores e juristas. Ora, na adaptação médica brasileira, negros e indígenas não eram somente inferiores, mas também sua miscigenação com o branco contribuía à degeneração da “raça neolatina”.

---

<sup>5</sup> Conceito da Biologia Evolutiva, proposta pelos naturalistas britânicos Charles Darwin e Alfred R. Wallace, que explica o processo de evolução dos seres vivos por meio de um mecanismo de reprodução e sobrevivência. Uma vez que, as características hereditárias dos organismos vivos mais aptos tornam-se vantajosas para seus descendentes, enquanto as características que são desfavoráveis tornam-se menos comuns. (DARWIN, 2014)

Dessa forma, a crença de que os não brancos eram inferiores, fez com que o “branqueamento” da população brasileira fosse algo desejável por médicos, jornalistas, escritores, e muitos outros grupos considerados como a elite intelectual da época (SCHWARCZ, 1994).

Nas últimas décadas, porém, as questões éticas e humanitárias contribuíram para uma melhor sofisticação científica e tecnológica. À vista disto, graças aos estudos genéticos e evolucionários da Biologia Evolutiva moderna, sabemos que os traços de nosso corpo, como por exemplo a cor da pele, se desenvolveram ao longo de centenas de milhares de anos de evolução e interações com o ambiente (LIEBERMAN, 2015). Sendo o gene<sup>6</sup>, “a unidade fundamental da hereditariedade e a unidade básica de toda a informação biológica” (MUKHERJEE, 2016, p. 20), o responsável por “sintetizar pigmentos que atuam como filtro solar natural para bloquear radiação ultravioleta danosa” (LIEBERMAN, 2015, p. 173). Dessa maneira, na antiguidade, durante o nosso processo evolutivo no berço da humanidade, a África (HARARI, 2017), os locais onde a radiação ultravioleta era mais intensa, fizeram com que indivíduos da espécie *Homo sapiens* absorvessem grandes quantidades de raios ultravioleta e, com o passar do tempo, a pele dos nossos ancestrais foi se tornando cada vez mais rica em melanina, sendo este o pigmento que escurece a pele a fim de protegê-la dos raios ultravioleta (LIEBERMAN, 2015).

Não obstante, até onde vai o nosso melhor entendimento científico, sabemos que as origens e evolução da nossa espécie na África são ainda mais amplas e profundas. Segundo Harari (2018, p. 229),

nenhuma das religiões ou nações atuais existia quando os humanos colonizaram o mundo, domesticaram plantas e animais, construíram as primeiras cidades, ou inventaram a escrita e o dinheiro. Moralidade, arte, espiritualidade e criatividade são aptidões humanas universais incorporadas em nosso DNA. Sua origem está na África da Idade da Pedra.

Deste modo, fomos biologicamente moldados pela *seleção natural*, nos adaptando aos mais diversos tipos de ambientes e suas respectivas características geográficas a fim de promover o sucesso da espécie. Em outras palavras, somos todos africanos (DAWKINS, 2009). Todavia, os humanos acabaram por constituir, ao

---

<sup>6</sup> Seguimento de uma molécula de DNA.

longo do tempo, hierarquias sociais imaginadas, mas que ocasiona uma série de injustiças e desigualdades concretas (HARARI, 2017).

## 1.2 RACISMO E DESIGUALDADE

Atualmente, o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria (SILVA; ROSEMBERG, 2016). Ainda assim, somos um dos países mais racistas do mundo. Após o processo de abolição da escravatura no país,

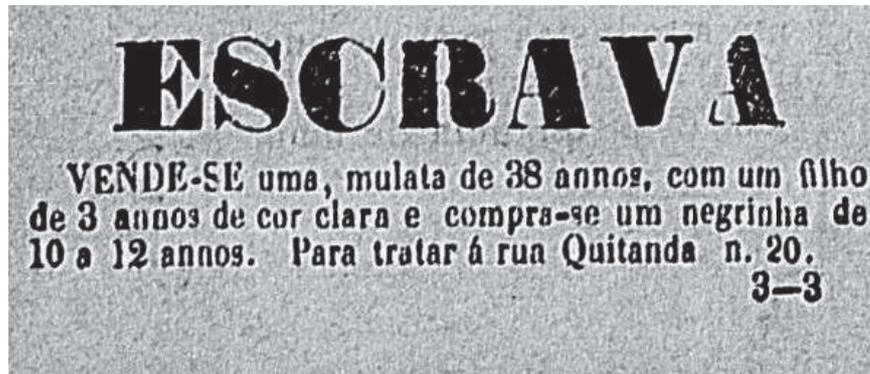
os escravizados, é preciso insistentemente repetir, não só recriaram sua humanidade, afastados de seus povos, de suas famílias, como garantiram com a energia e competência de seu trabalho, a edificação da nação brasileira. Eles foram forçados a migrar de suas sociedades, de seu continente, sofreram para não se deixar desumanizar, recriaram e influenciaram modos de vida e, apesar de todas as tentativas de extermínio, confirmaram sua humanidade, constituindo a maior população negra fora da África (FONSECA *et al.*, 2016, p. 9)

De acordo com Fonseca *et al.* (2016), no Brasil, embora não houvesse um sistema segregacionista como houve nos Estados Unidos<sup>7</sup>, as relações entre negros e brancos mantiveram-se tensas, e as crueldades cultivadas durante o período de escravidão, embora atenuadas com o passar dos séculos, ainda são, discursivamente, reproduzidas até os dias de hoje. Os anúncios de venda e compra de pessoas escravizadas em jornais do século XIX, comprovam a forma desumana como negros e negras eram percebidos. Tratados como mercadoria, os escravizados eram vendidos, alugados e até emprestados, a fim de realizarem as mais diversas atividades, conforme está documentando nos recortes de anúncios:

---

<sup>7</sup> Segregação institucionalizada que foi baseada na discriminação racial de negros norte-americanos. A segregação racial teve início em 1865 após o fim Guerra Civil nos EUA, e perdurou até o ano de 1964 quando foi assinado a Lei dos Direitos Civis.

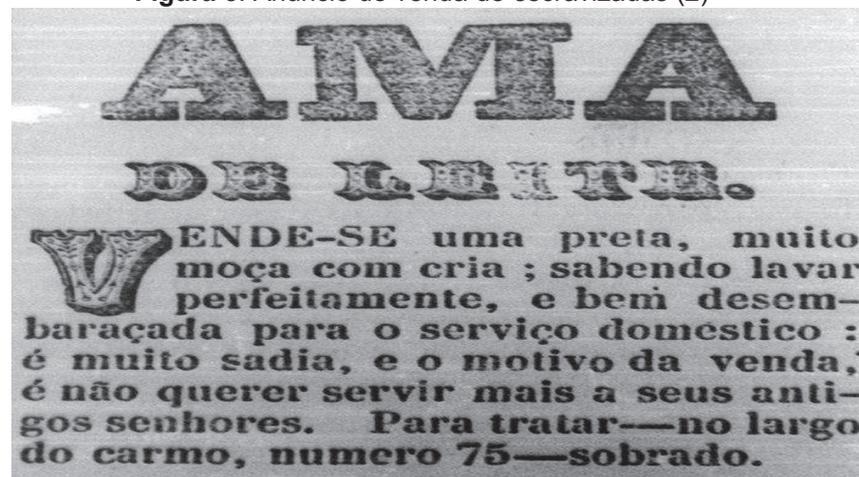
Figura 4: Anúncio de venda de escravizadas (1)



Acessado em 01/06/2018

Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>>

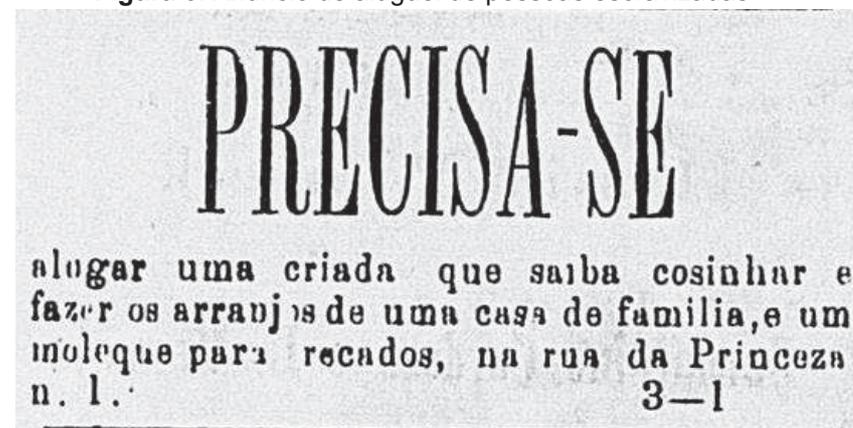
Figura 5: Anúncio de venda de escravizadas (2)



Acessado em 01/06/2018

Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>>

Figura 6: Anúncio de aluguel de pessoas escravizadas



Acessado em 01/06/2018

Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>>

Os anúncios de venda, aluguel e fuga de negros eram comuns em classificados do século XIX. Tais anúncios circulavam em jornais impressos e faziam parte do cotidiano dos brasileiros, pois, o comércio de escravizados ainda era uma atividade que movimentava a economia do país na época (LEITE, 2015). Estes anúncios são, portanto, importantes provas documentais do nosso passado e da nossa história. Eles revelam a desumanização social, os preconceitos e as discriminações que foram difundidas por um longo período no Brasil.

Fonseca *et al.* (2016) relatam que os preconceitos cultivados durante o período da escravidão se tornaram persistentes, causando disparidades sociais e educacionais entre brancos e negros. De acordo com Silva e Rosemberg (2016, p. 79),

o termo “racismo” foi introduzido no Brasil apenas ao final dos anos 1970, período em que se constitui nova organização do movimento negro: Movimento Negro Unificado. Foi em 1995 que o governo brasileiro reconheceu, pela primeira vez, que o país é estruturalmente racista, tendo assumido sua dívida histórica para com o negros.

Dessa forma, anos mais tarde, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, econômicas e educacionais, bem como tentar neutralizar os efeitos da discriminação racial no país, foi criado um modelo de ação afirmativa denominado de “Cotas Raciais” (LIMA; NEVES; SILVA, 2014). As cotas raciais foram criadas com a finalidade de tentar corrigir as injustiças históricas provocadas pela escravidão, garantindo a reserva de vagas, através de vestibulares em universidades e cargos em órgãos públicos através de concursos, para negros e indígenas, uma vez que, historicamente, são os negros e índios que ocupam as condições de inferioridade sócio-econômicas, como sendo o resultado de uma história de exploração e exclusão.

Desse modo, as cotas atuam como medida especial que visa atenuar os efeitos das desigualdades, na perspectiva de se construir a igualdade de direitos; partindo-se do princípio formal de que todos são iguais perante a lei, servindo de luta contra a desigualdade e o racismo institucional e histórico-cultural. Entretanto, tais medidas têm gerado uma série de debates acerca da viabilização e legitimidade do sistema de cotas no Brasil (FRIAS, 2012). Após 1888 (assinatura da Lei Áurea), não houve mecanismos de inclusão para a população negra no Brasil. Logo, o quadro de

desigualdade social entre negros e brancos está historicamente relacionada à escravidão.

Durante muitos anos, foi propagado um mito de que o racismo é algo inexistente, (VAN DIJK, 2016), e que as relações sociais da população brasileira são democráticas. Assim, segundo essa crença, todos possuem as mesmas chances e oportunidades. Em outras palavras, as relações sociais entre os brasileiros seriam amistosas e cordiais. Além disso, é atribuído apenas ao período escravista as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros (SILVA; ROSEMBERG, 2016), o que, para Karnal (2017, p. 34-35),

leva muitos críticos da política de cotas a questionar a ideia de que no Brasil não há propriamente um racismo ou uma diferença de interpretação de cor, e sim uma interpretação de renda, um abismo social. Em outras palavras, tem-se a ideia de que há uma desigualdade social, e não de gênero ou de cor.

Entretanto,

o mito da democracia racial vem sendo abalado desde os anos 1950 – mas, especialmente ao final dos anos 1970 –, por pesquisadores e ativistas negros e brancos que têm se empenhado em apontar a desigualdade racial no acesso a bens materiais e simbólicos, a interpretá-las como expressões do racismo estrutural e ideológico e a propor políticas que permitam suplantá-las. (SILVA; ROSEMBERG, 2016, p. 79)

No Brasil, as desigualdades sociais, a discriminação e violência contra afrodescendentes, especialmente à mulher negra, imperam há mais de quatro séculos. Segundo Silva e Rosenberg, (*op. cit.*), durante a maior parte do período de construção social e histórica do país, o branco foi tratado como representante *natural* da espécie, tendo as suas características físicas (cor da pele, cabelo, e olhos) legitimadas como normas e padrões a serem seguidos, assim como narrativas que reduziam os negros ao período escravista, como se não tivessem um passado na África, nem identidade, história, cultura ou religião. A estereotipia da mulher negra, foi constantemente apresentada de forma hipersensualizada, quando

a volúpia e sensualidade “natural” são atribuídas também à “mulata sensual”, uma caracterização estereotipada frequente. Encarna as fantasias sexuais do homem branco, lasciva, irreverente, disponível para relação sexual. (SILVA; ROSEMBERG, *op. cit.*, p. 86)

Tais concepções contribuíram para institucionalizar e naturalizar o racismo no Brasil. Estereótipos imagéticos como “negro malandro”, “negro marginal”, “negra

safada”, ainda continuam arraigados em nossa cultura, visto que, no passado, negros e negras eram, e ainda são, estereotipados de

violentos, ignorantes, ignorados, pobres, explorados, abandonados, excluídos, serviçais, incultos, ingratos, descontrolados, impertinentes, lascivos, domesticáveis, animalizados, alcoolizados, recalcados, preguiçosos, burros, feios, carnalizados, analfabetos, brutos, primitivos, sujos... (FONSECA *et al.* 2016, p. 141).

Tais elementos discriminatórios atuaram na sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico na sociedade brasileira. E, dessa maneira, acabou sendo naturalizada, no Brasil, a crença da superioridade branca, assim como o mito da democracia racial e, conseqüentemente, a forte discriminação contra o negro. Pois, segundo Nogueira (1998, p. 15), “por mais esforços pessoais que tenha feito para conquistar um lugar social melhor, será um indivíduo marcado por essa cor que não o separa desses implacáveis sentidos”. Para Karnal (2017, p. 39-41), são questões como estas que

mostram o racismo como uma das nossas maiores violências. “Você tem olhos bonitos” é uma frase comum, que no Brasil não quer dizer outra coisa senão isto: “Seus olhos são claros e bonitos”. “Essa criança é muito bonita” é outra frase comum naquele que é o país que mais vende chapinha no mundo e tem a maior tecnologia de chapinha do planeta. O Brasil ser o país do cabelo liso como padrão de beleza diz muito sobre nós. [...] A violência racial existe, é diária, ocorre em revistas de ônibus, em ação de seguranças nos shoppings centers, e na forma como enxergamos nossos maiores símbolos de beleza. Essa violência também surge de forma muito clara e forte na linguagem.

De acordo com Harari (2017), os preconceitos raciais constituíram uma hierarquia imaginada que adentrou e se impregnou em um nível profundo na consciência humana. Para o historiador, padrões estéticos de beleza e atributos físicos de pessoas brancas, tais como, pele branca, cabelos claros e lisos, nariz pequeno e arrebitado, passaram a ser identificados como belos na cultura norte-americana, enquanto atributos físicos de pessoas negras, como por exemplo, pele escura, cabelos pretos crespos, nariz achatados, eram considerados feios. O mesmo aconteceu, e acontece, na sociedade brasileira, quando os traços físicos da pessoa negra são hostilizados, desprezados e inferiorizados (SOUZA, 1983). Com o passar do tempo, essas hierarquias de desvalorização iriam impulsionar, integrar e ratificar as práticas racistas nas culturas humanas.

### 1.3 PRÁTICA RACISTA

O racismo se apresenta como uma ideologia que se reproduz por meio do discurso, esses construídos ao longo da história, causando exclusão social, desigualdade e injustiça (OLIVEIRA, 2013). Arzú (2016, p. 230) define o racismo como “um conjunto de atitudes, manifestações e práticas sociais para justificar um sistema de opressão, exclusão e principalmente de dominação”. Dessa forma, a atitude discriminatória, expressa-se em favor do menosprezo às pessoas, produzindo distanciamento e restrição, bem como a desvalorização do indivíduo, que passa a ser desumanizado.

Em 3 de julho de 1951, foi criada a Lei Afonso Arinos, como primeira lei que visava punir a prática da discriminação racial no Brasil (CAMPOS, 2015). De acordo com Silva e Rosemberg (2016, p. 79),

essa lei foi reformulada e seu princípio foi integrado à Constituição de 1988, que considera o racismo como crime inafiançável. A partir dos anos 1990 – mas, especialmente a partir de 2000 -, foram criados em várias cidades brasileiras serviços de SOS Racismo que acolhem denúncias de práticas racistas, habitualmente entendidas como expressão de hostilidade racial.

Entretanto, nem mesmo a criação de leis que visavam inibir a prática da discriminação racial, bem como a garantia de punição do sujeito racista, fizeram com que as expressões de preconceito desaparecessem. Portanto, o que fez o discurso racista ser uma prática tão comum e tão resistente às coerções e ao tempo? Segundo Van Dijk (2016), os preconceitos étnicos não são inatos, pelo contrário, são adquiridos e aprendidos por meio de um processo de aquisição ideológica e prática. Para o pesquisador,

as pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas. Esse processo de aprendizagem é amplamente discursivo, isto é, baseado na conversação e no contar de histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros. (VAN DIJK, 2016, p. 15)

Desse modo, o discurso racista é difundido por meio da comunicação. Ou seja, é através do discurso que a prática racista se desenvolve e se mantém, uma vez que, “a linguagem é o meio de permutar conhecimentos” (PINKER, 1998, p. 205), possibilitando que as informações culturais sejam compartilhadas, visto que “as

palavras pertencem a uma comunidade, e não ao indivíduo” (PINKER, 2008, p. 29). Dessa forma, o preconceito e a discriminação tornam-se quotidianamente presentes nas nossas relações discursivas e sociais, pois, “a maior parte de nossas opiniões é formada por pensamento comunitário e não em racionalidade individual” (HARARI, 2018, p. 273). Arzú (2016) relata que ao longo da história, o racismo sofreu mutações e metamorfoses, o que produziu uma

“naturalização” ou “cotidianidade”, que o tornam mais difícil de evidenciar porque está presente em todos os espaços, se expressa e se dispersa em todos os âmbitos: na educação, na academia, nas formas da vida cotidiana, na mídia, nas piadas, no imaginário coletivo etc. (ARZÚ, 2016. p. 243).

Para Van Dijk (2016. p. 15),

muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação podem até certo ponto ser aprendida pela observação e pela imitação, mas até mesmo estas precisam ser explicadas, legitimadas ou sustentadas discursivamente.

Uma vez que,

a mente humana só é capaz de pensar diretamente em experiências concretas: visões, sons, objetos, forças, e os hábitos de comportamento e emoção da cultura em que fomos criados. Todas as nossas outras idéias são alusões metafóricas a esses cenários concretos (PINKER, 2008, p. 274-275)

Logo, mais que uma prática individual, o racismo é um fenômeno coletivo/social, sendo a cor da pele e outras características físicas, um marcador relevante para quem exerce a discriminação, pregando a ideia de superioridade e inferioridade, o que afeta profundamente a vítima que sofre as agressões. Guerreiro, Izquierdo e Pineda (2016, p. 271) alertam que,

os efeitos de discursos e práticas racistas de forma velada ou aberta com diversos interesses e motivações, podem originar um comportamento de permanente ansiedade e conflito identitário que afeta o indivíduo, a comunidade e a sociedade.

Portanto, o conjunto de crenças racistas e as discriminações causadas por elas, são aprendidas e adquiridas por meio da prática e da linguagem e, como uma doença infecciosa, se espalham e se reforçam, causando impactos profundos que afetam toda uma sociedade. Em outras palavras, o racismo é a “cólera” que se transmite por meio do discurso. Para Souza (1983, p. 16), “a violência racista pode submeter a sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos.” Desse modo, a prática racista, longe de ser um gatilho inato, funciona como um marcador de

pertencimento a um grupo, que segrega e diferencia pessoas com base em características físicas geneticamente herdadas (GREENE, 2018).

De acordo com Harari (2017), os preconceitos raciais, com frequência, tendem a piorar e se agravar e não a melhorar com o passar do tempo. Para o historiador, “educação gera educação, e ignorância gera ignorância” e “os que foram vítimas da história uma vez tendem a ser vitimados novamente, e aqueles que a história privilegiou tendem a ser privilegiados novamente” (HARARI, 2017, p. 151). Ciclos de violência foram, e são, comuns em nossa espécie. Até o momento, abordamos a evolução histórica do ciclo de violência racial. Não obstante, as hostilidades humanas são multifacetadas e, por esse motivo, apresentaremos um grupo social que, há milênios, é afligida pelas hostilidades bárbaras. Adentraremos, portanto, no tocante às questões históricas acerca da violência contra as mulheres.

#### 1.4 MISOGINIA - DEFINIÇÃO E HISTÓRIA

A violência contra o gênero feminino é histórica e cultural (KARNAL, 2017). A repulsa, desprezo, a violência e o desrespeito à condição de mulher, receberam o nome de misoginia, palavra que, etimologicamente, surgiu a partir do grego *misogynia*, com a união das partículas “miseó”, que significa “ódio”, e gyné, que se traduz para “mulher” (CUNHA, 2010). De acordo com Karnal (2017, p. 51), “o preconceito contra mulher, a misoginia, é sólido e universal. É o preconceito mais antigo, estruturado e danoso de todos”. Dessa forma, a misoginia é caracterizada como uma construção cultural, cultuada ao longo da história. Essa violência, segundo Harari (2017), esteve presente em muitas sociedades da antiguidade, embora não seja fácil datar com precisão as suas origens. Pelo menos desde a Revolução Agrícola (há cerca de 12 mil anos atrás), o patriarcado<sup>8</sup> tem sido predominante na maior parte das sociedades humanas.

---

<sup>8</sup> Instituição social que se caracteriza pela dominação e valorização masculina em detrimento da feminina. O sistema patriarcal tem sido norma em quase todas as sociedades agrícolas e industriais, manifestando-se em instituições sociais, políticas, econômicas e familiar (HARARI, 2017).

Mitos gregos e judaicos, como Pandora<sup>9</sup> e Eva<sup>10</sup>, tentaram explicar a existência da mulher, fazendo alusão à origem dos males que permeavam o mundo, como sendo a mulher, responsável por todo o sofrimento humano, infelicidade e morte. (BULFINCH, 2013; A BÍBLIA, 2013). Durante milênios, tais mitos colaboraram para que a hostilidade contra mulher se desenvolvesse em muitos e diferentes níveis (LOPES, 2012), acentuando as diferenças entre masculino e feminino, quando os homens eram mais valorizados que as mulheres. O infanticídio, uma forma extrema de maus tratos e assassinatos de recém-nascidos, foi uma prática comum na história humana, presente na Grécia e Roma antiga, na Idade Média e na Renascença europeias, sendo o gendecídio, isto é, o infanticídio feminino, maior em todos esses lugares. Na China e na Índia, essa prática vem sendo documentada há mais de dois mil anos (PINKER, 2013). Dessa forma, como influenciadoras da civilização ocidental, as grandes religiões abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo, Islamismo)<sup>11</sup> ratificaram alguns dos nossos piores instintos<sup>12</sup>, excluindo as mulheres dos principais espaços sociais, fosse por meio de leis ou de crenças que encorajaram o preconceito, a segregação e a violência, entre elas, a propriedade sobre mulheres (PINKER, *op. cit.*); (HARARI, 2018).

No antigo Oriente Médio, as mulheres eram vistas como mera propriedade do pai, do marido ou do irmão, dessa forma,

o estupro, em muitos sistemas jurídicos, era tratado como violação de propriedade – em outras palavras, a vítima não era a mulher estuprada, mas o homem a quem ela pertencia. Nesse caso, a sentença era a transferência de propriedade – o estupro era obrigado a pagar o valor de uma noiva ao pai ou ao irmão da mulher, e a partir de então ela se tornava propriedade do estupro (HARARI, 2017, p. 152-153).

---

<sup>9</sup> De acordo com a Mitologia grega, Pandora foi a primeira mulher criada pelos deuses gregos no Olimpo e conduzida à terra para abençoar os homens. Todavia, ao chegar ao mundo dos humanos, Pandora se depara com uma caixa fechada que guardava segredos e, embora tivesse sido avisada que jamais deveria abrir aquela caixa, Pandora não resistiu à curiosidade e ao abri-la, libertou todos os males do mundo.

<sup>10</sup> De acordo com a Bíblia Judaica/Cristã, Eva foi a primeira mulher criada por Deus, sendo gerada a partir de uma costela extraída de Adão, o primeiro homem. De acordo com esse mito, ambos viviam em harmonia no Jardim do Éden. Porém, certo dia, Eva foi persuadida e tentada por uma serpente a provar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Dessa forma, após comer o fruto proibido, Eva ofereceu-o a seu companheiro Adão. À vista disso, como consequência deste ato, ambos foram amaldiçoados por Deus, sendo a mulher castigada pelas dores do parto e pela dominação masculina.

<sup>11</sup> Segundo Harari (2018), o judaísmo não só gerou o cristianismo como também influenciou o nascimento do islamismo.

<sup>12</sup> Para o psicólogo Steven Pinker (2013), instintos como tribalismo, dominação, vingança e sadismo são inerentes à natureza humana.

Mas, esse sistema não se limitava ao antigo Oriente Médio, ele se espalhou mundo afora, contribuindo para o condicionamento das mulheres a uma posição hierarquicamente inferior ao homem (HARARI, 2017). Dentro dessa esfera hierárquica estavam, e estão, todos os tipos de agressões físicas e psicológicas, incluindo a discriminação, a violência e objetificação sexual das mulheres. Segundo Pinker (2013), durante a Idade Média até o início da era moderna, houve inúmeras execuções supersticiosas institucionalizadas, quando pessoas (grande maioria composta por mulheres) eram acusadas de bruxaria e condenadas à morte. De acordo com o psicólogo,

a execução, geralmente na fogueira, vinha depois de torturas que levavam as mulheres a confessar crimes como causar naufrágios, comer bebês, destruir colheitas, voar em vassoura no sabá, copular com demônios e depois transformá-los em cães e gatos e tornar impotentes homens comuns convencendo-os de que que perderam o pênis (PINKER, 2013, p. 205)

As hostilidades contra mulheres têm sido um flagelo presente em todas as sociedades humanas. Com o advento do Humanismo (HARARI, 2017) e com as revoluções e expansões históricas de Direitos iniciadas pelas mulheres (PINKER, 2013), fomos capazes de reconhecer tais hostilidades como odiosos crimes contra a mulher. O estupro, por exemplo, registrado em todas as épocas e lugares, como uma das maiores atrocidades humanas, combina dor, degradação, terror, trauma e apropriação dos meios femininos. Em um cenário histórico mais amplo, é possível identificar que os maiores responsáveis não só pelas agressões contra as mulheres mas também pela predação, intimidação, competição violenta e guerras, são os homens (PINKER, 2013). Segundo o psicólogo Steven Pinker (2013, p. 707), “não é de surpreender que os homens, o gênero mais obcecado pela dominação, tenham sentimentos tribalistas mais fortes que as mulheres, incluindo racismo, militarismo e satisfação com a desigualdade”. Logo, a ideia de superioridade do homem, impulsionada pela tradição patriarcal “tem sido a norma em quase todas as sociedades agrícolas e industriais. Resistiu teimosamente a levantes políticos, revoluções sociais e transformações econômicas” (HARARI, 2017, p. 161).

Desigualdades entre homens e mulheres sempre estiveram presentes nas relações sociais, uma vez que os mitos e crenças tentaram justificar as disparidades e a violência contra a mulher, colaborando na concepção misógina do ser mulher nas culturas antigas (HARARI, 2018). Essa herança cultural de crueldade e agressão,

perduraria e se estenderia, estando presentes até mesmo nas sociedades contemporâneas (LOPES, 2012). Conforme relatam Moterani e Carvalho (2016, p. 174),

Pode-se afirmar que violência que a mulher sofre no seu dia a dia, está incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da sociedade ocidental, dos homens e também das mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino.

Conforme Pinker (2018, p. 222, tradução nossa<sup>13</sup>),

em 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra Mulheres. Desde então, a maioria dos países implementou leis e campanhas de conscientização a fim de reduzir estupro, casamento forçado, casamento infantil, mutilação genital, assassinatos por honra, violência doméstica e atrocidades de guerra.

No Brasil, em agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, criada com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, assim como aumentar o rigor nas punições para quem comete esse tipo de crime. Nove anos depois, em março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, ou, Lei do Femicídio, que classifica como crime hediondo assassinato de mulheres pela condição de ser mulher (WAISELFISZ, 2015). Entre as motivações mais usuais do feminicídio estão o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda, causados pela ideia de controle e da propriedade sobre as mulheres (SPAGNOL, 2017). Uma vez que, historicamente, os “homens tentam controlar o trabalho, a liberdade e a sexualidade das mulheres” (PINKER, 2018, p. 214, tradução nossa)<sup>14</sup>, as principais categorias de violência contra a mulher são o espancamento conjugal, maus-tratos maritais, violência entre parceiros íntimos, violência doméstica, violência psicológica (humilhar, insultar, ameaçar, etc.), moral (caluniar, difamar, injuriar), além da concepção de posse sobre o corpo da mulher (SPAGNOL, *op. cit.*). De acordo com Pinker (2013, p. 561), “formou-se um consenso no interior da comunidade internacional de que a violência contra mulher é o mais urgente problema dos direitos humanos que permanece no mundo”.

Dados do mapa da violência do ano de 2015, apontam que a agressão contra o gênero feminino, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, é um dos

<sup>13</sup> In 1993 the UN General Assembly adopted a Declaration on the Elimination of Violence Against Women. Since then most countries have implemented laws and public-awareness campaigns to reduce rape, forced marriage, genital mutilation, honor killings, domestic violence and wartime atrocities (PINKER, 2018, p. 222)

<sup>14</sup> Men try to control the labor, freedom, and sexuality of women (PINKER, 2018, p. 214)

fenômenos sociais mais denunciados no Brasil, porém, na maioria das vezes, os principais responsáveis por tais danos são pessoas próximas às vítimas. Só em 2015, 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil foram cometidas por familiares. Desse total, 33,2% eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (WAISELFISZ, 2015).

Nas últimas décadas, denúncias de violência contra mulher vêm ganhando visibilidade, pois,

a violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. (WAISELFISZ, 2015, p. 7)

A violência histórica contra o gênero feminino carrega traços como o ódio, práticas de abusos sexuais, tortura e assassinatos, deixando rastros de sangue e destruição ao longo do tempo. A violência caracterizada especificamente por questões de gênero se torna comum em muitas sociedades patriarcais, quando a ideia de superioridade masculina está associada à agressões e violências, assumindo diferentes formas e manifestações. Dessa maneira, a misoginia, vista como um problema global, se apresenta com algumas variações em diferentes épocas, sociedades e culturas; dentre elas, está a misoginia racista.

### 1.5 MISOGINIA RACISTA

A misoginia, apresentada como um dos prejuízos mais antigos do mundo, não só foi comum em muitas civilizações antigas, como se espalhou e se consolidou nas sociedades e culturas contemporâneas (PINKER, 2013). A misoginia histórica alcançou as mulheres de todas as épocas, de todas as idades e classes sociais. Porém, essa violência foi, e é, ainda mais severa, quando está relacionada ao corpo da mulher negra e suas características físicas (cor da pele, cabelo, etc.). O antigo sistema escravista e a crença em raças geraram uma carga de estigmas que produziu segregação, discriminação e, com isso, gerou ainda mais violência (DAVIS, 2016).

De acordo com Karnal (2017), a violência contra a mulher negra é, histórica e estatisticamente, ainda maior. Ela sofre mais, pois ocorre um cruzamento desastroso entre misoginia e racismo. A violência racial, associada à misoginia, torna o corpo negro feminino ainda mais vulnerável a todos os tipos de agressões físicas e

simbólicas, isto é, formas de coerção e imposição que é exercido sobre os corpos, sem qualquer coação física, causando danos morais, psicológicos e sociais (BOURDIEU, 2017). A era escravista gerou uma série de desigualdades sociais, como se a mulher negra não tivesse lugar na sociedade (TOKITA, 2013). O legado da misoginia racista, da segregação, do preconceito, inferiorização, discriminação pelo gênero e pela cor da pele, foi sendo reforçada com o passar do tempo, chegando com força ao século XXI.

De acordo com Souza (2014), no Brasil, os negros são os que mais sofrem, sendo as maiores vítimas da violência e da pobreza. Também são os que possuem uma renda média inferior à dos brancos, uma vez que a taxa de analfabetismo é duas vezes maior entre os negros. As mulheres negras são as mais atingidas pelo desemprego, e também são as mais vulneráveis à violência. Os reflexos da violência que atinge a mulher negra, podem ser observados nos dados do IBGE (2010), publicados na revista eletrônica *Exame*<sup>15</sup>, revelam que as mulheres negras, quando comparadas com outros segmentos da população, são as que se sentem mais inseguras, não apenas em suas casas mas em qualquer outro ambiente social.

A sensação de insegurança e medo revela que a mulher negra está mais suscetível e, conseqüentemente, mais exposta à violência e à extrema desigualdade social. Relatórios finais do mapa da violência, do ano de 2015, mostram que o número de homicídios de mulheres negras é maior do que o de mulheres brancas. De acordo com Waiselfisz (2017, p. 29),

a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica.

As diversas determinações estruturais sociais, aliadas a um longo período histórico de exploração, opressão, e marginalização, contribuíram, drasticamente, para o aumento das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e de gênero. Porém, séculos de abusos e violências fizeram com que as mulheres negras buscassem espaços nos movimentos sociais, a fim de conquistar um lugar social, bem como melhores condições de vida. “Tais espaços continuam sendo buscados até hoje,

---

<sup>15</sup> Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos/#>> Acessado em 23/11/2017

já que, apesar da situação da mulher negra ter mudado em relação ao passado, ainda continua distante das condições de equidade almejadas.” (TOKITA, 2017, p. 127 – 128).

## 1.6 A MULHER NEGRA E O LEGADO DA ESCRAVIDÃO

Durante o regime escravista, a opressão sofrida pelas mulheres era idêntica à dos homens, “o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos” (SILVA, 2010, p. 3). Todavia, as mulheres negras eram também vítimas de violências ainda mais desumanas, pois, além de serem utilizadas como mero “instrumento” de trabalho, eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos extremamente violentos que só poderiam ser infligidos a elas, tendo seus corpos violados tornando-os suscetíveis à satisfação sexual dos senhores escravistas (TOKITA, 2013). Nesse sistema escravista, as mulheres estavam vulneráveis a todas as formas de coerção sexual, sendo constantemente discriminadas, reprimidas e açoitadas, como relata Silva (2010, p. 3).

Inseridos nesse contexto estão às [sic] mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos.

A mulher negra, desumanizada, vista como objeto, teve sua identidade invisibilizada e seu corpo violado, e mesmo no período pós escravidão, ela continuou excluída, sem nenhum tipo de assistência, à margem da sociedade, sem lugar, sem trabalho. Conforme Tokita (2013, p. 122),

às mulheres negras não cabiam muitas opções, ou ficavam nas fazendas que já trabalhavam, ou iriam tentar a vida em outros locais e, mesmo assim, sem muitas oportunidades de trabalho [...] algumas conseguiram espaços de trabalho como autônomas, porém, para a imensa maioria o que estava disponível em termos de trabalho era prestação de serviços, de modo geral com baixa remuneração.

Essa agressão se estende até hoje, uma vez que a

violência de gênero contra as mulheres, embora esteja presente em todas as classes sociais, incide de maneira diferente entre os segmentos mais

fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras. (CORREIA, 2013, p. 2)

Através de relatos registrados ao longo da história, podemos entender que a violência contra a mulher negra, associada às crenças racistas, foi polarizada durante o sistema escravista e permaneceu no período pós escravidão. Segundo Manfredo (2012), no Brasil, a desigualdade social está muito atrelada à questão étnico-racial, uma vez que houve uma naturalização da desigualdade entre brancos e negros no país. Mesmo após o período de escravidão, a população negra continuava desprovida de bens essenciais para a sobrevivência, como moradia e acesso à educação. Por esse motivo, a fim de combater a discriminação, a injustiça e as desigualdades infligidas por esse processo histórico, foi preciso unir esforços para restituir humanidades que, durante muito tempo, foram negadas (RIBEIRO, 2018).

Assim, o *Geledés, Instituto da Mulher Negra*<sup>16</sup>, foi fundado em 30 de abril de 1988 por Sueli Carneiro, doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). O *Geledés* é uma organização política e cívica que posiciona-se contra toda e qualquer forma de discriminação. Entre os serviços prestados pelo Instituto, está o de assistência jurídica gratuita às pessoas que são vítimas de discriminação racial e às mulheres vítimas de violência sexual. O Instituto coloca-se em defesa de mulheres e negros, uma vez que, para o *Geledés*, esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo, ainda vigentes na sociedade brasileira.

Hoje, apesar das resistências e lutas, as discriminações pela cor e pelo gênero, legados do período escravista, continuam vivas nas culturas, como heranças incômodas de um período brutal da nossa história que jamais será esquecido. De acordo com Ribeiro (2018), o feminismo negro no Brasil, isto é, o movimento de militância e luta formado por mulheres negras com o intuito de adquirir visibilidade social e política, começou a ganhar forças a partir do anos 1980. Para a autora, “pensar feminismos negros, é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, *op. cit.*, p. 07). Era preciso que as mulheres negras lutassem, não apenas por direitos civis mas também para serem visibilizadas e consideradas pessoas. Para a pesquisadora, era preciso a união e o movimento de mulheres negras, pois assim, poderia haver, em caráter de urgência, uma discussão acerca da discriminação, do histórico de

---

<sup>16</sup> Disponível em <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>> Acessado em 01/06/2018

opressões, bem como as lutas e conquistas que dão visibilidade e empoderamento as mulheres negras na sociedade brasileira. Para a filósofa,

ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo (RIBEIRO, 2018, p. 27 )

A luta e resistência da mulher negra são antigas, pois,

saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história, e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 17-18)

Ser mulher negra no Brasil é sentir na pele a indiferença regada de preconceitos. É sentir, de perto, as violências (físicas, verbais e simbólicas), o descaso e as tentativas históricas e contemporâneas de cerceamento de suas liberdades. É ser alguém que ainda luta por seu espaço, por seus direitos e, sobretudo, por Políticas Públicas<sup>17</sup> que sejam desenvolvidas para atender às necessidades básicas (educação, saúde, emprego, etc.), bem como reparar os legados históricos e os danos sociais causados pelo racismo e pela misoginia. Nesse sentido, é preciso aprender a ouvir e, principalmente, a compreender o que é falado por mulheres, proporcionando a abertura de espaços para aquelas que, muitas vezes, foram silenciadas. A mulher que sofre qualquer tipo de preconceito é aquela que fala por si, que entende suas dores e que é protagonista da própria história. É a mulher que é dona do seu corpo e que, através de sua voz, expressa o seu discurso.

---

<sup>17</sup> Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações, atividades desenvolvidas e decisões tomadas pelos governos (federal, estadual e municipal), com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados. Tais programas visam assegurar direitos de cidadania para todos os segmentos (sociais, culturais, étnicos ou econômicos).

## 2. A REDE SOCIAL (FACEBOOK)

Nos últimos 500 anos, com a advento da Revolução Científica, testemunhamos importantes transformações e avanços tecnológicos sem precedentes, nunca antes imaginados na história (HARARI, 2017). Do século XX ao século XXI, a ciência e a tecnologia trouxeram desenvolvimentos significativos, modificando nosso modo de viver (SHERMER, 2012). Contudo, os avanços tecnológicos se tornaram tão poderosos e suas implicações na nossa maneira de nos comunicarmos e nos relacionarmos foram tão grandiosas que, evidentemente, as sociedades humanas não acompanharam o progresso (SAGAN, 2008). Molina (2013, p. 103) nos diz que

o advento do capitalismo, da globalização e da tecnologia da informação propiciou uma nova forma de viver em sociedade, totalmente distinta das experimentadas desde os primórdios da humanidade. Estas transformações influenciaram o desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente a criação da Internet, contemplados como os agentes de mudanças responsáveis pela ressignificação das relações sociais, das relações de poder e principalmente da maneira das pessoas se comunicarem.

Dessa forma, as mudanças tecnológicas causaram um imenso impacto no cotidiano das pessoas e na forma como elas se comunicam, “mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social” (RECUERO, 2009. p. 16). Sendo assim,

as novas tecnologias da informação contribuíram para que o processo de comunicação fosse reinventado e impactasse nos padrões sociais até então pré-estabelecidos como alicerce da sociedade. (MOLINA, 2013, p. 110)

A internet ganhou visibilidade e, conseqüentemente, influenciou a maioria das práticas sociais, contribuindo para a criação das redes sociais virtuais, que surgiram como fruto da expansão da internet. Hoje é possível manter uma comunicação interativa a longa distância, bem como transmitir e receber mensagens de muitos e para muitos, a qualquer hora e lugar. Para Maingueneau (2015, p. 171),

essa evolução põe em xeque a noção de endereço – no duplo sentido de identificação de um destinatário bem específico e do lugar físico onde entregar a mensagem. Assiste-se, de fato, a uma des-localização da produção e da recepção dos enunciados: pode-se produzir não importa onde e receber em qualquer lugar. Assim, o destinador não tem necessidade de perguntar *onde* se encontra(m) seu(s) destinatário(s) nem este(s) *onde* se encontra o destinador.

Para o linguista Steven Pinker (2008, p. 35),

nos últimos anos, a internet transformou-se num laboratório para o estudo da linguagem. Além de fornecer um corpus gigantesco de linguagem de verdade, usada por pessoas de verdade, também funciona como um vetor superpotente para a transmissão de ideias contagiosas, e ressalta, portanto, exemplos da linguagem que as pessoas consideram intrigantes o suficiente para passar para os outros.

Lançado em 2004 pelo norte americano Mark Zuckerberg, o *Facebook* é, hoje, a rede social mais popular da história, sendo o Brasil o segundo país do mundo com o maior número de usuários (TEXEIRA, 2012). O site de relacionamento social que foi criado com o intuito de manter uma rede de contatos virtuais (amigos), se expandiu ao longo do tempo, possibilitando a troca de informações, postagens de fotos, vídeos, músicas, bem como envio e recebimento de mensagens (MOLINA, 2013). Dessa maneira,

o Facebook e outras redes de relacionamento social facilitam uma forma específica de interação social online, criando uma teia em constante expansão de relacionamentos sociais caracterizados por graus variáveis de familiaridade e profundidade e pelo intercâmbio de informação – mensagens, fotos, últimas notícias etc. – que podem estar disponíveis para outras pessoas com vários níveis de restrição. (THOMPSON, 2011 *apud* MOLINA, 2013, p. 112)

A interação pessoal nas postagens do *Facebook* é realizada através de “curtidas”, compartilhamento de conteúdo e comentários. Esses três elementos, constituídos pelo suporte da mensagem, compõem a unidade da rede social. Segundo Maingueneau (2013 p. 172), postagens eletrônicas, como as do *Facebook*,

se enunciam assim, no interior de uma espécie de convivência mais ou menos forte, de um fluxo contínuo de manifestações de sociabilidade, em que cada um pode “se expressar” pontualmente, sem necessidades de articular os signos que envia a uma totalidade textual, concebida em função de um destinatário situado em outro espaço. As postagens, ao mesmo tempo, pressupõem e reforçam as comunidades, favorecendo uma espécie de “tribalização” fundada na comunidade e que não segue os recortes sociais tradicionais.

Na plataforma digital do *Facebook*, a “curtida” pode ter uma carga positiva de legitimação e apoio, bem como o compartilhamento do conteúdo. Mas é na caixa de comentários onde pode surgir o questionamento, a opinião, a discordância e até mesmo discursos carregados de preconceitos e ódio. Em entrevista concedida a

versão eletrônica do jornal *El País*<sup>18</sup>, em 2016, o pesquisador Paulo Rogerio Nunes destaca que

as redes sociais são um reflexo do mundo *off-line*. Todo o discurso de ódio e as violações de direitos humanos que acontecem nas redes digitais são originárias das assimetrias sociais e da legitimação da desigualdade que é algo naturalizado na sociedade. (NUNES 2016, *apud El País*, n.p.)

O comportamento dos usuários da rede, é reflexo da conduta desses sujeitos em seu meio social, que, devido à proteção da distância física e do anonimato proporcionado pela internet, sentem-se seguros em expressar preconceito e ódio contra outras pessoas. Segundo Karnal (2017, p. 107), “a internet maximizou a expressão do ódio, da intolerância, da exacerbação de preconceitos e da violência da linguagem”. A internet não tornou as pessoas odiosas, mas possibilitou que elas se revelassem por meio dela. Dessa forma, a linguagem na internet não só deu vantagens aos sujeitos que praticam o racismo e a misoginia, como também revelou-os através da rede social. Assim, o *Facebook* tornou-se um espaço no qual a prática racista/misógina ainda é extremamente forte em nossas relações sociais (KARNAL, 2017). E, foi partir dessa esfera cibernética que conseguimos selecionar os dados que compõem o *corpus* dessa pesquisa. De forma que, através desses dados, pudemos realizar a Análise Dialógica do Discurso.

---

<sup>18</sup> Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132\\_579742.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132_579742.html) > Acessado em 10/11/2017

### 3. DISCURSO / ENUNCIADO

#### 2.1 DISCURSO / ENUNCIADO

Abordamos a noção de discurso que, na perspectiva de Bakhtin, só existe na forma de enunciados concretos, como resultado da interação e das condições sociais e históricas (SILVA, 2013), pois, para o filósofo, a linguagem é “um lugar de convergência de diferenças, em que a identidade se constrói pela convivência com a diversidade, com o outro” (SILVA, *op. cit.* 48). Na concepção bakhtiniana, a linguagem possui duas dimensões inseparáveis: a atividade humana e a utilização da língua. Portanto, o discurso entendido como enunciado é indissociável do sujeito. Por conseguinte, segundo o filósofo russo,

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos, - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional, - estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo de comunicação. (BAKHTIN, 2011, p. 261-262)

A língua, vista pelo filósofo como fenômeno social, se manifesta na forma de enunciados, sendo que,

cada enunciado é particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados as quais denominamos *gêneros do discurso*. A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades de multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica em determinado campo. (BAKHTIN, 2011. p. 262)

Dessa maneira, o autor apresenta uma concepção de linguagem como uma prática inerentemente social e de interação verbal ligada à atividade humana, na qual o discurso se manifesta através de enunciados. O sujeito é visto como alguém que se constrói na comunicação e na interação com o outro, que ocupa um lugar na sociedade e na história, e profere enunciados a partir de escolhas de gêneros discursivos, que são formas típicas do enunciado. O sujeito se expressa através de enunciados, e é no enunciado que a língua se materializa na forma individual, pois, “o

locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...] trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas [...] num dado contexto concreto” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 95-96).

Na teoria bakhtiniana, “a palavra é o signo ideológico por excelência” (BRANDÃO, 2012, p. 09), pois, “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, *op. cit.*, p. 33). Isto posto, a palavra é, portanto, produto da interação social, uma vez que é extraída pelo sujeito de um “estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 117). Para o filósofo,

a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] é pleno de palavra dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (BAKHTIN, 2011, p. 294-295)

Isto é, uma vez que nos comunicamos por meio de enunciações, as palavras são incorporadas ao nosso ato enunciativo a partir de enunciados de outras pessoas, pois,

o enunciado é resultante de uma “memória discursiva” condicionado de enunciados que já foram proferidos em outras épocas, em outras situações interacionais, nas quais o locutor, inconscientemente, toma como base para realizar a enunciação do momento, para formular seu discurso. (MUSSIO, 2015, p. 182)

Ou seja, a enunciação de um sujeito apresenta diversas outras vozes: as dos relacionamentos pessoais que tem, como a família, os amigos, a escola ou local de trabalho, assim como as relações virtuais que possui, bem como os discursos que dominam a época e contexto em que o sujeito está inserido (SILVA, 2013.). É com base nessa concepção da linguagem e discurso/enunciação, que trabalharemos a análise dialógica do discurso.

## 2.2 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Embora Bakhtin não tenha proposto uma análise do discurso, é possível encontrar em sua obra guias metodológicos, bem como regras indispensáveis para a Análise Dialógica do Discurso (ADD). À vista disso, apresentamos os princípios metodológicos para a execução do método de pesquisa da ADD, de maneira a ser um método de análise do discurso, que é constituída através dos preceitos bakhtinianos. O autor concebe a ideia de dialogismo, termo que remete à diálogo, e que está ligado à própria concepção de língua como prática social (SILVA, 2013). Considera também os enunciados, orais e escritos, concretos e únicos como os responsáveis pela manifestação da língua, uma vez que tais enunciados manifestam-se através do discurso. Por esse motivo, a ADD concebe os enunciados como intrinsecamente ligados a contextos sócio-históricos. Pois, para o filósofo,

o falante não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, as quais dá nome pela primeira vez. As concepções simplificadas sobre comunicação como fundamento lógico-psicológico, da oração nos lembram obrigatoriamente esse Adão mítico. [...] O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal) e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele. [...] o enunciado é um elo na cadeia na comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas. (BAKHTIN, 2011, p. 300)

Dessa forma, os enunciados se constituem na relação dialógica, ou seja, na relação de sentido entre enunciados de outrem. Assim, é fundamental destacar um importante aspecto acerca do dialogismo, uma vez que, toda palavra se dirige a alguém, tendo seu tema formado na interação, quando sempre há, no mínimo, dois interlocutores. Assim, o enunciado estabelece relações dialógicas com outros. (SILVA, 2013).

Ainda de acordo com as teorias bakhtinianas, “além do autor e do interlocutor presumido, há também outras “vozes” num enunciado” (SILVA, 2013, p. 54). Logo, “o dialogismo se dá pela interação entre interlocutores diretos, e pela relação entre vozes [...] presentes da forma explícita ou não, nos enunciados” (SILVA, 2013, p. 54),

levando sempre em consideração as condições em que ocorre a interação entre os sujeitos, bem como a posição social e histórica dos interlocutores. Sendo assim, a ADD considera a temporalidade que envolve passado, presente e situação interacional, uma vez que,

cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo [...] é impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-las com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2011, p. 297).

A ADD também defende a necessidade de contemplar o objeto de análise numa dimensão que inclui a sua forma linguística, extralinguísticas, as relações dialógicas e o contexto sócio-histórico de dada situação. Nesse sentido, é com base nas teorias filosóficas de Bakhtin acerca da língua(gem) que realizaremos, no próximo capítulo, o procedimento de análise dos dados. E, dessa maneira, realizaremos uma análise discursiva do *corpus*, de modo que possamos identificar as relações dialógicas entre os enunciados dos sujeitos racistas com a realidade social e histórica em que estamos inseridos.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Como mencionado anteriormente, o procedimento de análise dos dados se dá através da análise dialógica do discurso, de modo que possamos, enfim, mostrar como o discurso racista/misógino se forma e se apresenta na rede social *Facebook*. Portanto, iniciaremos com os recortes dos dados que foram selecionados do site *Facebook*, mostrando como os discursos virtuais se formam, se apresentam e dialogam com a realidade na sociedade brasileira do passado e do presente. Para isso, também utilizaremos recortes de sites de notícias em que há depoimentos e relatos de ataques racistas e misóginos registrados em diversas partes do país no período de 2014 a 2018. Vejamos a seguir o exemplo 1.

Temos, no primeiro exemplo (figura 07), a imagem<sup>19</sup> da atriz Tais Araújo publicada em outubro de 2015 no programa *Altas Horas*<sup>20</sup>, da rede Globo de televisão. Em seu *Facebook*, a atriz passou a receber comentários preconceituosos de diferentes perfis da rede social. Na imagem, podemos ver, de forma materializada, os discursos racistas.

Figura 07: Tais Araújo



Acessado em: 07/12/2017

Disponível em <<http://agorarn.com.br/showetv/atriz-tais-araujo-fala-questiona-liberacao-de-suspeitos-de-ataques-racistas/>>

<sup>19</sup> Optamos por copiar e colar (*print screen*) as páginas dos sites, preservando assim, os aspectos globais e multissemióticos.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/2015/11/o-negro-brasileiro-passa-por-isso-diariamente-afirma-tais-araujo-sobre-o-racismo.html>> Acessado em 01/09/2018

Na caixa de comentários, um dos sujeitos diz: “*entrou na globo pelas cotas*”<sup>21</sup>, fazendo menção ao sistema de Cotas Raciais. Sendo esse sistema um modelo de ação afirmativa que, como já mencionamos, foi criado e desenvolvido com o intuito de tentar neutralizar as desigualdades sociais, educacionais e econômicas, além de barrar os efeitos da discriminação racial. Dessa forma, corrigindo as injustiças históricas causadas pelo processo escravista no Brasil. Contudo, ainda nos dias de hoje, tais políticas afirmativas são palcos de debates calorosos acerca de sua viabilidade e constitucionalidade (FRIAS, 2012). E isso tem, conforme demonstrando no enunciado, contribuído para práticas racistas no país.

Nos demais enunciados (comentários), outros sujeitos fazem menção as características físicas da atriz, ao publicarem: “*Esse cabelo de esfregão*”, “*me empresta o seu cabelo ai pra eu lavar louça*”, “*ESCURIDÃO*”, “*Como pode alguém achar bonito esse cabelo de bom bril*”. Em tais enunciados, os sujeitos menosprezam as características estéticas de beleza da mulher negra. E sabemos, pois, que essa tentativa de desvalorização vem impulsando e ratificando, ao longo da história, as práticas racistas não apenas no Brasil como também em diversas outras partes do mundo. Uma vez que os preconceitos raciais constituíram hierarquias imaginadas, quando padrões estéticos e atributos físicos de pessoas brancas – tais como pele branca, cabelos claros e lisos – passaram a ser não só mais valorizados como também identificados como o padrão estético ideal de beleza. Enquanto os traços físicos dos negros eram, e ainda são, hostilizados, desprezados e inferiorizados.

Logo, uma vez que os enunciados são resultado da interação e das condições sociais e históricas, eles também remetem a sentidos ideológicos proferidos em outras épocas e em outros momentos históricos de nosso país. Portanto, através dos enunciados, podemos verificar como a atriz é covardemente atacada da mesma forma que eram as mulheres negras do passado. Visto que os racistas apelam para práticas cruéis, julgando o seu fenótipo, além de uma tentativa de rebaixá-la, diminuí-la e torná-la inferior, como se a ela não fosse capaz de ocupar um espaço midiático.

---

<sup>21</sup> Os enunciados foram reproduzidos *ipsis litteris*, preservando a escrita (ortografia, regência, concordâncias, nominal e verbal, etc.)

No segundo exemplo (figura 08)<sup>22</sup>, temos a imagem da jornalista brasileira Cristiane Damasceno que, após publicar a fotografia em seu perfil no *Facebook*, passou a receber ataques misóginos racistas.

Figura 08: Cristiane Damasceno



Acessado em: 07/12/2017

Disponível em <<http://mzportal.com.br/?p=4299>>.

Através dos enunciados, vemos que os sujeitos não apenas zombam da jornalista como também agridem verbalmente com discursos do tipo “*KKKKKKKKKKKJ QUE LINDA MACACA*”, “*quem deixou essa macaca sair do zoológico?*”, “*SE REPARARMOS A COR DO VESTIDO É AMARELO PQ LEMBRA A BANANA PRA ELA, COR PREFERIDO DO MACACO*”. Os sujeitos racistas se manifestam sem nenhum pudor, ao comparar a jornalista com um animal preso em um zoológico. Sabemos que, historicamente, os negros foram, durante séculos, não só tratados – e considerados – como animais como também foram social e moralmente inferiorizados. No período escravocrata, os escravizados eram presos, açoitados e torturados de forma bárbara e cruel. Além do mais, durante séculos, mitos religiosos e científicos corroboravam e legitimavam essas crenças e as práticas de dominação violência.

O enunciado “*quanta ta essa escrava?*” dialoga discursivamente com o período escravocrata, quando era bastante comum, além do tráfico de negros, a venda e aluguel de homens e mulheres escravizadas. Além disso, o enunciado contém a ideia de mercadoria, de subordinação e de posse sobre o corpo da mulher. Como mencionado na

<sup>22</sup> As identidades dos sujeitos foram apagadas pelo site que divulgou a imagem.

fundamentação teórica, historicamente, a ideia de posse sobre o corpo da mulher é cultuada ao longo do tempo. Visto que, são as mulheres que mais sofrem com a discriminação, com as agressões físicas e psicológicas, além da objetificação sexual de seus corpos. No último enunciado: “*Mãe tô na tv da África*”, o sujeito faz menção a África ao mesmo tempo que associa a cor da pele (negra) com o continente. A África foi, e ainda é, pejorativamente considerada o “lugar de negros”. Uma vez que, durante muito tempo, foi propagada a ideia de que a população africana, majoritariamente negra, era, e é, biológica e cognitivamente inferior aos demais povos da terra. Além disso, a África já foi considerada, por teólogos, um continente amaldiçoado e, com isso, tentaram justificar a escravidão de seu povo.

No terceiro e quarto exemplos (figuras 9 e 10), temos a imagem da jornalista de meteorologia Maria Júlia Coutinho (Maju). A primeira imagem foi publicada em julho de 2015, na página do *Jornal Nacional* no *Facebook*, e foi nela que ocorreram os ataques de ódio. A segunda imagem é uma continuação expositiva dos enunciados racistas contra Maju. Após a repercussão do caso, o Ministério Público assumiu a investigação a fim de localizar e punir os infratores. Segundo o G1<sup>23</sup>, os denunciados pelos ataques misóginos e racistas participavam de grupos virtuais na rede e praticavam crimes cibernéticos. Ainda segundo o site de notícias, os grupos de criminosos chegavam a ter mais de 20 mil membros e estavam espalhados por nove estados da federação (AM, PE, CE, GO, MG, SP, SC, RS)<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/denunciados-por-ofensas-maju-tinham-verdadeiro-exercito-diz-mp.html>> Acessado em 01/09/2018

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/policia-analisa-computador-na-casa-de-suspeito-de-racismo-contra-maju.html>> Acessado em: 01/09/2018

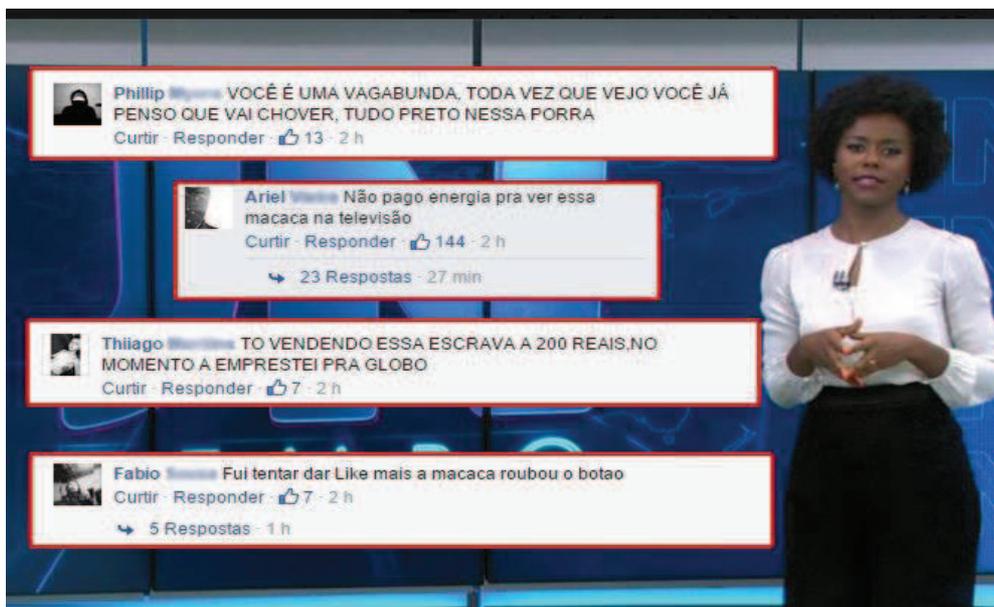
Figura 09: Maria Julia Coutinho



Acessado em: 06/12/2017

Disponível em <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/bruno-astuto/noticia/2015/07/gloria-maria-sai-em-defesa-de-maju-em-caso-de-ataques-racista.html>>

Figura 10: Maria Julia Coutinho



Acessado em: 06/12/2017

Disponível em <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/agenda/rio-de-janeiro-vai-sediar-conferencia-internacional-sobre-o-racismo-e-o-discurso-de-odio-na-internet/>>

É possível identificar, através dos enunciados dos sujeitos, uma tentativa de inferiorização por ser, Maju, negra e mulher. Além disso, os enunciados carregam, em

seus sentidos, um forte teor de insultos do tipo: “*Tempo branco? mentira , sua preta*”, “*Não bebo café pra não ter intimidade com preto*”; agressões verbais: “*Só conseguiu emprego no JN Por causa das cotas preta imunda .*”, “*VOCÊ É UMA VAGABUNDA, TODA VEZ QUE VEJO VOCÊ JÁ PENSO QUE VAI CHOVER, TUDO PRETO NESSA PORRA*”, “*Não pago energia pra ver essa macaca na televisão*”; acusação de roubo: “*Fui tentar dar Like mais a macaca roubou o botão*”; além de piadas agressivas e moralmente desumanas: “*Ela ja nasceu de luto*”, “*Qual é o band-aid de preto? R: Fita isolante*”. Mas, qual a relação dialógica desses enunciados misóginos e racistas com a realidade de milhares de mulheres negras no Brasil?

Como já vimos anteriormente, na concepção bakhtiniana, a linguagem possui duas dimensões inseparáveis, que são: a atividade humana e a utilização da língua. Logo, esses enunciados racistas estão, indissociavelmente, ligados à prática discriminatória racista contra mulheres negras em nosso país. Não obstante, os comentários preconceituosos não são meros discursos isolados. Pois, conforme Bakhtin (2011), a experiência discursiva individual de qualquer sujeito vai se formar e se desenvolver através de interações constantes e contínuas com enunciados de outrem. E sabemos, portanto, que as hostilidades contra as mulheres negras têm sido um flagelo presente em toda a história do Brasil. A era escravista gerou uma série de desigualdades sociais e esse longo período de exploração causou opressão e marginalização de homens e, principalmente, de mulheres negras. A mulher negra, vista como objeto, teve sua identidade invisibilizada e seu corpo violado, sofrendo as mais severas agressões físicas, sexuais, verbais e psicológicas. Além disso, era constantemente estereotipada de ignorante, serviçal, pobre, incapaz, suja, lasciva, etc. Esses elementos discriminatórios atuaram, e continuam atuando, na sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico em nossa sociedade.

No quinto exemplo (figura 11), temos a imagem de uma jovem negra, identificada como M. D. M. R. Segundo o site de notícias (UOL notícias Cotidiano)<sup>25</sup> que expôs o caso em setembro de 2014, os ataques racistas partiram do Estado de SP. E, também, estava ligado à grupos que se organizavam para cometer crimes cibernéticos.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/09/03/policia-de-mg-diz-ter-identificado-grupo-por-tras-de-ataques-racistas.htm>> Acessado em: 01/09/2018

Figura 11: M. D. M. R



Acessado em: 07/12/2017

Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/08/28/jovem-negra-coloca-foto-com-namorado-branco-no-facebook-e-sofre-racismo.htm>>

Através dos enunciados “*Onde comprou essa escrava?*” e “*Seu dono ?*”, “*me vende ela*”, “*Parece até que tão na.....senzala*”, podemos constatar não só a alusão ao período escravista como também, está evidenciado através do discurso, a ideia de posse sobre o corpo da mulher. No enunciado “*tipo assim tia eu acho que vc roubou o branco pra tirar foto*”, o sujeito racista faz uma associação da cor da pele com a criminalidade.

Uma vez que, de acordo com a filosofia bakhtiniana, nos comunicamos através de enunciados, eles são, por sua vez, resultantes de uma “memória discursiva” de enunciados já proferidos em outras épocas e em outras situações. Dessa forma, é possível identificar aspectos sociais que são evidenciados através dos enunciados. Assim, como mostrado anteriormente, aqui no Brasil os afrodescendentes foram sistematicamente inferiorizados em todos os domínios da sociedade, quando preconceitos aliados a práticas discriminatórias causaram pobreza e baixo *status* de homens e mulheres negras. Mesmo após o “fim” da escravidão em 1888, estigmatizadas e marcadas pela cor da pele, as mulheres negras continuaram sendo submetidas às mesmas humilhações de outrora. De forma que as práticas racistas foram naturalizadas no cotidiano social, enquanto a crença da superioridade branca se fortalecia.

O sexto exemplo (figura 12) foi selecionado do site de comunicação social *Mamaterra*<sup>26</sup>, que reuniu uma série de artigos acerca da prática racista no Brasil, em especial, nas redes sociais. Segundo o *Mamaterra*, grupos e páginas homônimas no *Facebook* como “*Zenzala Maneira*” e “*Eu não mereço mulher preta*”, eram responsáveis por práticas criminosas como incentivo ao estupro, pedofilia e ao racismo. Portanto, o exemplo (6) mostra de um *print screen* de uma postagem em uma página criada dentro do site *Facebook* com a seguinte descrição “*vendo filhote de preto, importado diretamente da África, apenas 4 anos de idade. ainda possui hímen (caso compre para escrava sexual). interessados enviar mensagem via inbox e negociaremos.*” Além da descrição, a imagem também mostra uma criança negra enjaulada. Assim, o enunciado “*vendo filhote de preto*”, associado à imagem da garota por trás das barras, tem uma relação dialógica que remete ao tratamento de animais que são presos em jaulas e submetidos à todo tipo de exploração e abusos. Da mesma forma que dialoga com o tratamento de negros escravizados no passado, que “*viviam à sombra da chibata, do estupro, da mutilação, da separação forçada da família e da execução sumária*” (PINKER, 2013 p. 226).

Figura 12: *Print screen 1 (Facebook) do Blog Mamaterra*



Acessado em: 07/12/2017

Disponível em < <https://mamapress.wordpress.com/category/racismo-no-facebook/>>.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://mamapress.wordpress.com/>> Acessado em 01/09/2018

Conforme Bakhtin/Volochínov (2014), o signo ideológico é também um fragmento material da realidade. Nesse sentido, a imagem da criança e a descrição contida nela dialogam com a situação de milhares de mulheres negras em todo o Brasil. Dados do IBGE (2010) mostram que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência doméstica, e também, as que mais se sentem inseguras em ambientes sociais e até mesmo dentro de suas próprias casas. E, segundo relatórios do Mapa da Violência (2015), o número de homicídios de mulheres negras é maior do que os de mulheres brancas. Semelhantemente, ainda no período escravista, as mulheres negras estavam vulneráveis a todas as formas de coerção sexual, estupros, repressão, açoites e humilhações que causaram dor, degradação, terror e traumas. A apropriação dos meios femininos e violência contra o corpo da mulher negra, associada às crenças racistas, se polarizou durante o período escravista. E, como podemos observar no último enunciado analisado, tais práticas sexistas e discriminatórias permaneceram até os dias de hoje.

O sétimo e último exemplo (figura 13), também foi selecionado do site *Mamaterra*. Nesse *print screen* há a imagem de duas mulheres postada na extinta página “*Eu não mereço mulher preta*”. Tal imagem faz uma comparação entre uma mulher branca e uma mulher negra, associando os signos ideológicos “*sonho*” à mulher de pele branca, e “*pesadelo*” à mulher de pele negra.

Figura 13: *Print screen 2 (Facebook) do Blog Mamaterra*



Acessado em 07/12/2017

Disponível em <<https://mamapress.wordpress.com/>>

É visível, na imagem da mulher branca, a objetificação sexual idealizada como “*sonho*”, enquanto na imagem da mulher negra, o desprezo e o ódio explícito à suas características físicas que são associadas com “*pesadelo*”. Logo, as duas imagens selecionadas pelo responsável da página, trazem informações relevantes para nossa análise. Para esse sujeito, a idealização de um sonho seria uma mulher de pele clara, enquanto despreza as características físicas da mulher negra, associando-as a algo ruim, ao mesmo tempo que objetifica sexualmente o corpo da mulher, sendo este um ato explícito de prática misógina. À vista disso, conforme já relatamos neste trabalho, as características físicas de pessoas brancas foram, com o passar do anos, difundidas e legitimadas como normas e padrões a serem seguidos. Sendo o *branco* retratado como representante *natural* da nossa espécie, enquanto narrativas reduzem e associavam as pessoas negras ao período escravista. Desse modo, eram desprezadas suas características físicas, identidade social, história, cultura e religião.

Mas, afinal, como esses discursos se formam? São apenas casos isolados na rede social? Conforme abordamos ao longo desta monografia, podemos constatar que os crimes cibernéticos dessa natureza refletem um racismo histórico que, como mencionamos anteriormente, ainda está vivo nas nossas relações sociais. Portanto, a rede social *Facebook* se apresenta como meio que absorve, reproduz e ressignifica práticas humanas que são representadas e reproduzidas na e pela linguagem. Pois, no discurso racista há diversas outras vozes, como as dos relacionamentos pessoais que tem, com a família, com os amigos, na escola ou no local de trabalho. Assim como as relações virtuais que possui, bem como os discursos que dominam a época e o contexto social em que o mesmo está inserido.

Logo, esses discursos são resultados da interação e das condições sociais e históricas do nosso país. Eles – os discursos – estão ligados, por uma extensa cadeia de falantes, ao ato de discriminação racista que aconteceu no passado e que ainda acontece nos dias de hoje nosso país. É importante enfatizar que os enunciados racistas, aqui reproduzidos, não são únicos nem originais, pois, eles são resultado de uma memória discursiva que está intimamente relacionada com enunciados que já foram proferidos em outras épocas, em situações de prática racista (presencial ou cibernética), assim como em outras situações interacionais. De modo que, sob uma perspectiva dialógica, o sujeito racista está tomando como base outros enunciados, já

proferidos e cristalizados, a fim de formular seu discurso e realizar o enunciado do momento.

Dessa maneira, a fim de constatar a relação dialógica dos ataques no mundo virtual com os ataques no mundo real nos dias de hoje, apresentamos, a seguir, quatro manchetes jornalísticas veiculadas em canais de comunicação. Nesses exemplos, divulgados na mídia, há relatos de diferentes formas de agressões, físicas e verbais contra pessoas negras – principalmente mulheres – assim como depoimentos de vítimas do racismo. Vejamos as quatro manchetes selecionadas:

Figura 14: Matéria jornalística vinculada ao *Estadão*



Fonte: Acessado em 02/09/2018

Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,denuncias-de-racismo-e-injuria-racial-sao-as-que-mais-crescem-no-disque-100-entenda-os-crimes,10000089629>>

Figura 15: Matéria jornalística vinculada ao *Profissão Repórter* (G1)



Fonte: Acessado em 02/09/2018

Disponível em <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/vitimas-de-racismo-e-injuria-racial-relatam-casos-de-agressao.html>>

Figura 16: Matéria jornalística vinculada ao UOL Notícias

Racismo

## Relatório mostra que ser negra no Brasil dobra o risco de morte

Relatório apontou que uma jovem negra no Brasil corre risco 2,2 vezes maior de ser morta do que uma jovem branca

**Estadão Conteúdo**  
Publicado em 11/12/2017, às 08h01

f WhatsApp Twitter Google+ in



Rio Grande do Norte é o pior estado para as mulheres negras, onde taxa de homicídios é 8,11 vezes maior  
*Foto: Tânia Régo/Agência Brasil*

Fonte: Acessado em: 02/09/2018

Disponível em <<https://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2017/12/11/relatorio-mostra-que-ser-negra-no-brasil-dobra-o-risco-de-morte-319427.php>>

Figura 17: Artigo vinculado ao portal editorial *Mundo Negro*

☰ **MUNDO NEGRO** 🔍

Início > Artigos

Artigos

## Mulheres negras são 81% das vítimas de discurso de ódio no Facebook, diz estudo

Por (MN) Redação - 16 de julho de 2018 👁 2145 💬 0



Fonte: Acessado em: 03/09/2018

Disponível em <<https://mundonegro.inf.br/mulheres-negras-sao-81-das-vitimas-de-discurso-de-odio-no-facebook-diz-estudo/>>

Como podemos observar, nas figuras 14, 15, 16 e 17, os ataques racistas atingem, principalmente, as mulheres negras de todas as idades e classes sociais. Apresentamos essas manchetes jornalísticas a fim de exemplificar, também, a relação dialógica entre os enunciados do mundo virtual (figuras 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13) com os casos de ataques racistas que ocorrem no mundo real (figuras 14, 15, 16 e 17). Assim, mostrando como o preconceito e a discriminação contra mulheres negras são recorrentes e comuns em todo o Brasil. Não obstante, é importante ressaltar que essas quatro manchetes representam apenas uma parcela mínima do gigantesco acervo de notícias veiculadas na mídia e que estão, diretamente, relacionadas a prática do racismo. Essas informações estão disponíveis em jornais e revistas eletrônicas, assim como blogs e sites especializados no assunto, bastando, para isso, apenas uma busca em sites de pesquisas disponíveis na internet.

Além do mais, os enunciados analisados fazem constantes menções ao período escravista, reduzindo a imagem da mulher negra a um período de exploração, segregação e humilhações, além de uma tentativa de qualificá-las como produtos ou meros objetos. Há também menções preconceituosas, discriminatórias e infundadas acerca do continente africano, ao associá-lo, de forma pejorativa, a “lugar ne negros”. Além do mais, é nítido que a ascensão social de mulheres negras em espaços de poder e visibilidade tem incomodado pessoas racistas acostumadas a traçar o perfil de cada uma a partir de estereótipos, como pessoas sem prestígio, sem qualificação, sem vez e sem voz na sociedade. Porém, a luta dessas mulheres está rompendo barreiras, quebrando a subserviência, os preconceitos e a invisibilidade social. Portanto, a partir da análise dos dados apresentados, podemos afirmar que os ataques racistas, como demonstrado no *corpus*, não acontecem apenas no espaço virtual, mas fazem parte da realidade de milhares de mulheres negras que sofrem, cotidianamente, com a misoginia e o preconceito racial. Os discursos de ódio manifestados no *Facebook* são, portanto, frutos desses fenômenos sociais concretos que se nutrem da ignorância e, sobretudo, da falta de educação e punição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As origens das desigualdades humanas remontam ao início da civilização. Durante milênios, dizimamos povos e ecossistemas inteiros (KOLBERT, 2015), escravizamos nossos semelhantes e massacrados, simbólica e fisicamente, as mulheres. Entender a humanidade hoje, é compreender profundamente a nossa história, nossa natureza, nossas crenças e nosso verdadeiro lugar no mundo. É preciso, portanto, conhecer os processos históricos que nos trouxeram até aqui e, principalmente, reconhecer aqueles que foram e ainda são tão injustiçados. A prática racista não acabou por completo, ela ainda está presente em nossos sistemas políticos, simbólicos, e nas nossas relações sociais e discursivas. E, com o advento da tecnologia, essas práticas acabaram por alcançar, também, as redes de relacionamentos sócio-vituais.

A escravidão, o racismo histórico, a misoginia, a segregação política e social, ocasionaram não só desigualdades como também genocídios cruéis, banhando o solo brasileiro com sangue negro. Durante séculos, os escravizados foram desumanizados, maltratados e excluídos, vivendo à margem da “boa sociedade”. Porém, graças às lutas e levantes de movimentos indentitários, foi possível constituir uma resistência através da unificação do Movimento Negro na busca por seus direitos civis, especialmente das mulheres negras. A prática racista é mais do que uma manifestação individual, ela é composta por inúmeras outras vozes que são transmitidas através de enunciados e, conseqüentemente, ao ato racista em si. Como demonstrado, através de dados históricos e estatísticos, as mulheres negras são as que mais sofrem com essa prática, pois são vítimas tanto do racismo quanto da misoginia. Embora leis tenham sido criadas e desenvolvidas para barrar esses tipos de violência, as práticas misóginas e racistas ainda acontecem.

Portanto, com o intuito de responder a questão analítica de como o discurso misógino racista se forma e se apresenta na rede social *Facebook*, fizemos um levantamento sócio histórico acerca do racismo, da misoginia e suas respectivas evoluções culturais ao longo do tempo. E, a fim de mostrar dados sobre ataques racistas no país, especialmente contra mulheres, trouxemos também manchetes jornalísticas, veiculados por canais de comunicação digital do Brasil, que mostram dados reais da cotidianidade dessa prática. Nesta pesquisa pudemos compreender,

sob a perspectiva bakhtiniana da língua(gem), como os discursos misóginos/racistas se formam e se apresentam na rede social *Facebook*. Assim, através dos resultados da análise dialógica, pudemos constatar que eles são formados a partir de interações sociais e históricas, presenciais ou virtuais quando a prática discriminatória racista, de fato, acontece. Além disso, as ideias racistas presentes no *corpus* não só dialogam com fatos do presente – que podemos constatar através das manchetes jornalísticas – como também estão ligadas aos atos cruéis de violência contra mulheres negras que se estende ao longo da história do Brasil. Dessa maneira, tais vozes reproduzem, através do discurso, uma misoginia racista e histórica que ainda está presente na sociedade brasileira.

Além disso, nesta pesquisa, abordamos tópicos que são importantes para uma melhor compreensão de processos histórico-culturais, tais como: as raízes das desigualdades humanas e as origens da violência contra a mulher; os processos escravistas e as desigualdades sociais causadas por eles; a formação da crença racista e sua evolução histórica; a influência das religiões abraâmicas na legitimação e manutenção da escravidão e da violência contra a mulher; as abordagens pseudocientíficas de alguns darwinistas do século XIX que classificaram as diferentes etnias humanas em raças; as origens da eugenia e sua adoção pela elite brasileira do início do século XX a fim de tentar “higienizar” a sociedade; e, também, uma elucidação científica acerca das características físicas do corpo humano à luz da biologia evolutiva, bem como uma desmitificação dos preconceitos acerca do continente africano, e da própria origem da humanidade. Sim, somos todos africanos.

É importante ressaltarmos o papel da educação, da representatividade e, sobretudo, do protagonismo negro a fim de combater as práticas de racismo não só em nosso país mas no mundo inteiro (RIBEIRO, 2018). É necessário, portanto, que haja mudanças profundas e culturalmente motivadas na maneira como pensamos, sentimos e organizamos nossas sociedades. A educação é, de fato, libertadora, além de assumir uma importância muito maior do que qualquer coisa que o mundo já vira, suas dádivas vão muito além da capacidade prática (PINKER, 2018). Ela é capaz de romper os grilhões da ignorância, do preconceito e do ódio. Sabemos, pois, que a história tem tanto a nos ensinar, e foi por esse motivo que decidimos trazer o levantamento histórico acerca do racismo e da violência contra a mulher. À vista disso, é vital olharmos para a história não apenas para conhecer o passado, evitar seus erros

e almejar um bom futuro, mas para que possamos ampliar os nossos horizontes acerca das possibilidades e soluções para os problemas sociais que enfrentamos hoje.

## REFERÊNCIAS

- ARZÚ, Marta Casaús. *Guatemala: práticas sociais e discurso racista das elites*. In: VAN DIJK, Teun A. (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016, p. 243.
- A BÍBLIA. *A formação da mulher e a queda do homem*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.
- BAKHTIN, M. M. VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6º ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- BRANDÃO, Helena. H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BULFINCH, Thomas. *O livro da Mitologia: A Idade da Fábula*. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2013
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- CAMPOS, Walter Oliveira. *Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a “nova Abolição” ou “lei para americano ver?”* In: Revista Latino-Americana de História. Vol. 4, nº. 13 – Julho de 2015. Disponível em <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/619/586>>. Acessado em 28/11/2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_: *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais*. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- DIAMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- EXAME. *8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos*. 20 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos/#>>. Acessado em 23/11/2017.
- EL PAÍS. *A internet chegou para provar que somos um dos países mais racistas do mundo*. 15 de junho de 2016. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132\\_579742.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132_579742.html)> Acessado em 10/11/2017.

FONSECA, Marcos Vinícius. *et al. A história da educação dos negros no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2016. Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/51930258/a-historia-dos-negros-na-educacao-no-brasil/3>> Acessado em 10/04/2018.

FRIAS, Lincoln. *As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?* Direito, Estado e Sociedade n.41 p. 130 a 156. Jul /dez 2012. Disponível em <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>>. Acessado em 20/11/2017.

GREENE, Joshua. *Tribos morais: a tragédia da moralidade do senso comum*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.1. jan./jun. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1>> Acessado em 02/11/2017.

GUERRERO, Alicia Castellanos. IZQUIERDO, Jorge Gómez. PINEDA, Francisco. In: VAN DIJK, Teun A. (Org). *Racismo e discurso na América Latina*. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016, p. 249-291.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens – uma breve história da humanidade*. 22ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

\_\_\_\_\_: *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Anúncios de escravos: os classificados da época*. Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. 12 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/anuncios-de-escravos-os-classificados-da-epoca/>>. Acessado em 01/06/2018.

LIMA, Marcos Eugênio Oliveira. NEVES, Paulo Sérgio da Costa. SILVA, Paula Bacelar e. *A implantação de cotas nas universidades: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes*. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56 jan.- mar. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n56/v19n56a08.pdf>>. Acessado em 20/11/ 2017.

LIMA, Silvana de. *Brasil: Período pré-Colonial – a expansão marítima de Portugal e a chegada ao Brasil*. Projeto didático de pesquisa multimatérias. 4ª ed. São Paulo: DCL, 2006.

LIEBERMAN, Daniel E. *A história do corpo humano: evolução, saúde e doença*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

LOPES, Maria José Ferreira. *De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia ocidental*. Diacrítica, Braga, v. 26, n. 2, p. 490-511,2012. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672012000200028&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000200028&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 19/11/2017.

MANFREDO, Maria Tereza. *Desigualdade como legado da escravidão no Brasil*. Instituto Geledés – instituto da mulher negra. 2012. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/desigualdade-como-legado-da-escravidao-brasil/>>. Acessado em 10/06/2018.

MOTERANI, Geisa Maria Batista. CARVALHO, Felipe Mio de. *Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica*. In: *Avesso do avesso* v.14, n.14, p. 167-178, novembro 2016. Disponível em <[http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14\\_artigo11\\_misoginia.pdf](http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf)>. Acessado em 05/11/2017.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L.G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MARTÍN, Maria. “A internet chegou para mostrar que somos um dos países mais racistas do mundo”. In: *El País*, 15 de Junho de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132\\_579742.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132_579742.html)>. Acessado em: 26/11/2017.

MUSSIO, Simone. *Um olhar alteritário em Bakhtin: o estudo do enunciado como forma de diálogo*. SOLETRAS – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ. Estudos Linguísticos. N 30, 2015. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/16522>>. Acessado em 03/12/2017.

MUKHERJEE, Siddhartha. *O gene: uma história íntima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues. *A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República*. In: *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v.5, n.14, p.68-81, 2014. Disponível em <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/462/428>> Acessado em 27/08/2018.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. In: Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>>. Acessado em 26/11/2017.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Van Dijk*. In: *Estudos dos discurso: perspectivas teóricas*. OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org.). 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013.

PINKER, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_: *Enlightenment Now: the case for reason, science, humanism and progress*. New York: Viking, 2018.

\_\_\_\_\_: *Do que é feito o pensamento: A língua como janela para a natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_: *Como a mente funciona*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Origens e significados do termo raça. A cor da cultura. Disponível em < <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-12-05-2011>>. Acessado em 02/11/2017.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em <<https://www.smartwebservices.com.br/downloads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>>. Acessado em 26/11/2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAGAN, Carl. *Bilhões e bilhões – reflexões sobre vida e morte na virada do milênio*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHERMER, Michael. *Cérebro & crença*. 3ª ed. São Paulo, SP: JSN, 2012.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. *Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia*. In: VAN DIJK, Teun A. (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016. p. 73-117.

SILVA, Maria da Penha. *Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista*. In: Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010

SILVA, Adriana Pucci Penteado de Faria e. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org.). *Estudos dos discurso: perspectivas teóricas. Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2013.

SPAGNOL, Debora. *Da violência patrimonial contra mulheres e idosos*. In: Jusbrasil. 2017 Disponível em: <<https://deboraspagnol.jusbrasil.com.br/artigos/455850787/da-violencia-patrimonial-contra-mulheres-e-idosos?ref=amp>>. Acessado em 25/11/2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos avançados. Estud. av. vol.8 no.20 São Paulo Jan./Apr. 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017)> Acessado em 11/04/2018.

SOUZA, Fabio Marques de. *et al. Redes sociais e meio ambiente: a virtualização de práticas socioambientais coletivas?* Anais do III Congresso Internacional de Literatura e Ecocrítica. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2017. Disponível em <<http://aslebrasil.com/wp-content/uploads/2017/05/E-book-Di%C3%A1logos-ecoc%C3%AAntricos-arte-cultura-e-justi%C3%A7a-Anais.pdf#page=45>> Acessado em 03/05/2018.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Disponível em: <<https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/10/tornar-se-negro-neusa-santos-souza.pdf>> Acessado em 18/09/2018.

TOKITA, Márcia Figueiredo. *Mulheres negras*. In: *Feminismos e sexualidades, e marxismos na américa latina*. GEPAL: grupos de estudos de política da América Latina. 2013. Disponível em <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9\\_marcia\\_GVII.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf)>. Acessado em 01/11/2017.

TEXEIRA, Carlos Alberto. *A origem do Facebook*. In: O Globo. 18 de maio de 2012. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>>. Acessado em 26/11/2017.

VARELLA, Dráuzio. *Palavra de médico: ciência, saúde e estilo de vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VAN DIJK, Teun A. *Racismo e Discurso na América Latina*. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015 – homicídios de mulheres no Brasil*. 1ª ed. Brasília DF: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Flacso, Brasil. 2015. Disponível em <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acessado em 22/11/2017.